

PENSAMENTO & MEMÓRIA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - ANO II - Nº 01 - NOVEMBRO DE 2014

PASSEIO VIRTUAL BH 1911

CONHEÇA O
PROCESSO DE CRIAÇÃO,
OS OBJETIVOS E
IMAGENS DO ACERVO
DE PESQUISA

**CONSELHO DELIBERATIVO
DE BELO HORIZONTE**
UMA BREVE HISTÓRIA DA
PRIMEIRA CÂMARA
MUNICIPAL DE BH

RECONSTRUINDO
BELO HORIZONTE

1911

QUAIS PRÉDIOS
DAQUELA ÉPOCA
AINDA EXISTEM
HOJE?



"Ouço a luz?
Oh, esta luz..."

*Richard Wilhelm Wagner**



PAPEL GUIMARÃES 2014

*Extraído do libreto da ópera "Tristão e Isolda"

PROGRAMA PRÓ-MEMÓRIA LEGISLATIVA

O programa Pró-Memória Legislativa foi criado em 2009, por meio da Portaria nº 11.819, com o objetivo de promover pesquisa, conservação e difusão de informações relacionadas à história da Câmara Municipal, incluindo a elaboração de livro referente aos debates parlamentares que levaram à mudança da capital para Belo Horizonte.

A criação desse programa veio emprestar organicidade a uma iniciativa do biênio presidencial imediatamente anterior, que, por meio da Portaria nº 10.919/2007, determinou providências visando exatamente a elaboração daquela obra literária, por oportunidade das comemorações oficiais do 110º aniversário de Belo Horizonte.

Tal obra literária foi finalizada no ano de 2010, quando foi publicada sob o título "Ciclones e macaréus: o parlamento na história de Belo Horizonte".

Durante o largo processo de detecção, obtenção e análise do acervo documental pertinente à mudança da capital para Belo Horizonte percebeu-se que não apenas esse tema estava a merecer o enfoque afinal recebido, mas que toda a história da cidade merecia um novo olhar, visto que este habitualmente foca apenas o Poder Executivo local.

Por isso é que, por meio da Portaria nº 12.712/2011, decidiu-se pela persistência do processo de pesquisa de dados relacionados à história da Câmara Muni-

cipal, para formação de banco de dados e, a partir daí, elaboração de novos produtos culturais, visando superar a omissão percebida e ainda persistente nos estudos sobre a capital mineira.

Ao se amealhar vasto manancial de informações por dois anos e perceber-se que muito ainda havia para apurar, analisar e produzir, viu-se haver conveniência em tornar o programa um instrumento permanente de ação, o que se concretizou por meio da Deliberação nº 1/2013.

A presente revista, que ecoa uma iniciativa embrionária de todo esse processo de recuperação da memória institucional, toma de empréstimo o nome de sua símile editada em 2006; mais do que simples homenagem, é uma forma de se confirmar o intento em prol da compreensão do papel legislativo "na história da própria cidade, com as peculiaridades de cada tempo e nos mais diversos contextos", promovendo, dessa forma, "o estreitamento das relações entre a Câmara Municipal de Belo Horizonte e o cidadão".

De fato, esse é o objetivo focal do Pró-Memória, sendo que os vários projetos já em andamento ou em fase de conclusão permitem afirmar que a intenção de todos esses anos, abraçada sem perda de continuidade por todos os Presidentes e Mesas Diretoras da Câmara desde 2005, não foi em vão e os cidadãos têm muito o que aproveitar desse esforço conjunto.

JANUS - SÍMBOLO DO PROGRAMA PRÓ-MEMÓRIA LEGISLATIVA



Segundo diz a lenda greco-romana, Janus nasceu na região da Tessália na Grécia. Como rei, o seu governo destacou-se por significativo desenvolvimento, marcado em especial pela prática do cultivo e elaboração de leis. Esse desenvolvimento teria levado o seu reino a um período próspero e de paz. Foi declarado deus, depois de sua morte, devido à sua vida dedicada às transformações.

Janus, na mitologia clássica, é o deus dos inícios e dos fins, dos portais e das transições. A ele também são conferidas as mudanças por que passa a

humanidade, da vida primitiva à civilização, do obscurantismo à ciência. Janus era, ainda, responsável por abrir os anos, o que levou a se denominar o primeiro mês do calendário romano de janeiro.

Janus é representado por duas faces, sendo que uma se volta para o passado, e outra aponta para o futuro, ou seja, a projeção das ideias, proporcionadas pelo pensamento, ao lado das recordações, propiciadas pela memória.

A estátua mais conhecida de Janus encontra-se, atualmente, no Museu do Vaticano, em Roma.



1911: QUAL A RAZÃO DESTA DATA?

Pág. 09

PASSEIO VIRTUAL BELO HORIZONTE 1911: HISTÓRIA E OBJETIVOS

Pág. 13



PESQUISA ICONOGRÁFICA

Pág. 18

PROCESSO E DESCOBERTAS

Pág. 25



PASSEIO VIRTUAL BELO HORIZONTE 1911: CRIAÇÃO

Pág. 37



RECONSTRUÍDO A BELO HORIZONTE DE 1911

Pág. 44



CONSELHO DELIBERATIVO DE BELO HORIZONTE

Pág. 47

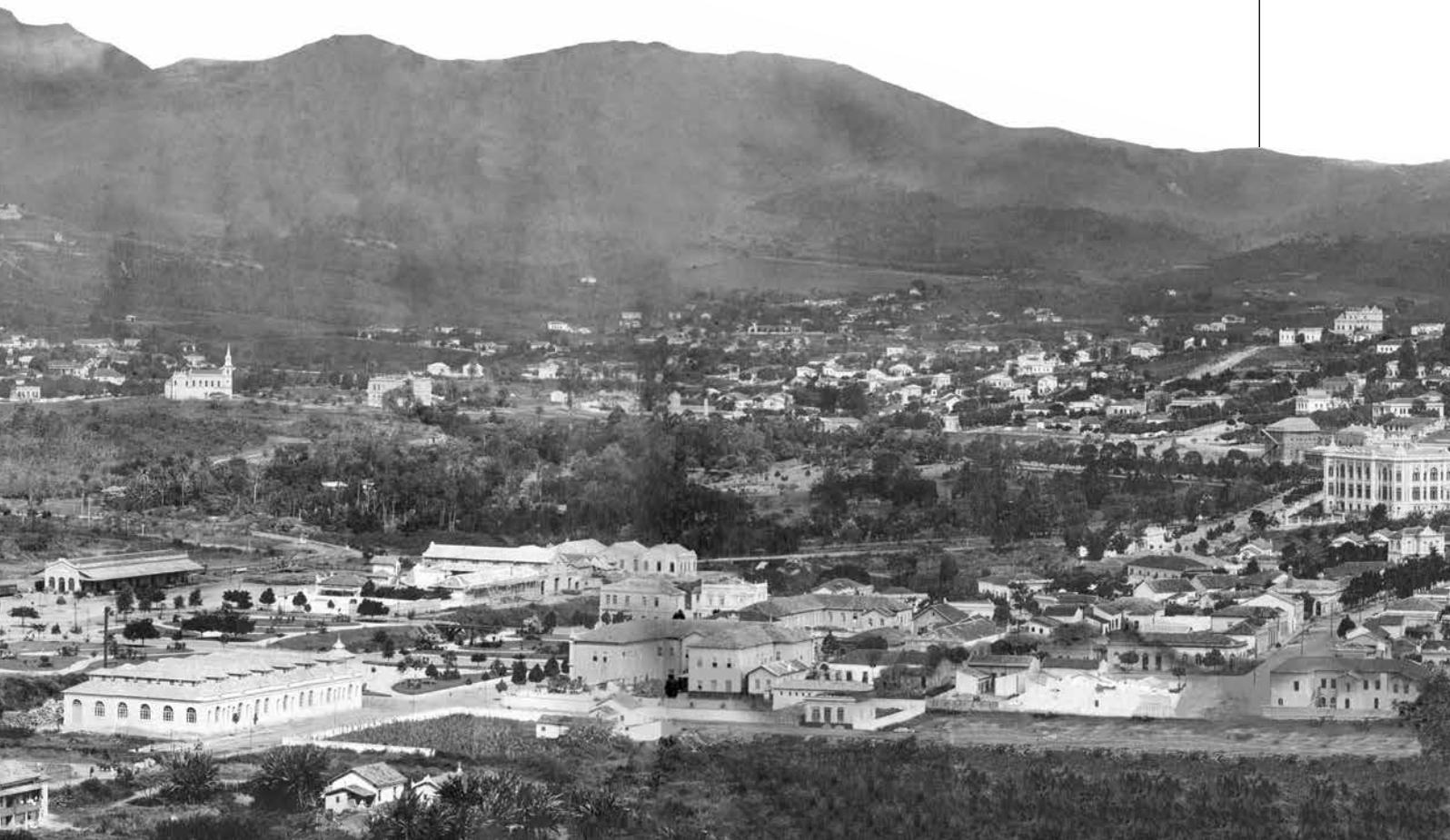
FRANCISCO BICALHO

Pág. 50



+MAIS

APRESENTAÇÃO PÁG. 07
PRAÇA DA ESTAÇÃO PÁG. 35
ARTE CONCEITUAL PÁG. 38
EQUIPE DE CRIAÇÃO PÁG. 52
EXPEDIENTE PÁG. 54





ALBUM

DE

BELLO

HORIZONTE

1911

ORGANISADO POR
TITO LIVIO PONTES E
RAYMUNDO ALVES PINTO

APRESENTAÇÃO

O programa Pró-Memória Legislativa pretende contar, por intermédio de uma variada gama de produtos, a história de Belo Horizonte sob um ângulo um tanto quanto diferente do que é habitualmente manuseado por historiadores, cronistas e analistas políticos.

De fato, a pretensão é narrar os fatos pela perspectiva específica do Poder Legislativo local, viés negligenciado por quase todos que volverem seu olhar para a trajetória da capital mineira.

É pacífico que a história de Belo Horizonte foi e continua sendo muito bem visitada, com olhares os mais variados, todos eloquentes, todos merecedores da mais elevada admiração.

Isso, talvez, se deva ao fato de se tratar de uma cidade concebida inteiramente nova, substituindo pela raiz um arraial pré-existente, dele pouco se aproveitando, como se fosse imprescindível zerar o passado.

Década após década, livros, crônicas, teses e até romances foram escritos, tratando dessa cidade que se pretendia, ao tempo de sua inauguração, o símbolo da própria República.

Chega a ser incrível, no entanto, que, apesar dessa prodigalidade literária, inexista abordagem da mesma história pelo olhar do ou com olhar para o Parlamento citadino, seja o antigo Conselho Deliberativo (1900-1930), seja a Câmara Municipal, em suas duas manifestações (1936-1937 e 1947 até hoje).

É claro que alguns autores fizeram menções pontuais sobre esse órgão político, mas, quando isso se deu, foi de forma meramente tangencial, quase imperceptível.

Esse fenômeno, há de se ser honesto em registrar, não envolve apenas o Parlamento belo-horizontino, estendendo-se às entidades que lhe são similares nas demais ambiências

federativas brasileiras: o Congresso Nacional e a Assembleia Legislativa.

Tal como mencionado para o caso municipal, também para com essas casas legislativas a atenção é nula, consistindo as exceções em singelas casualidades, por estarem elas “no lugar certo, na hora certa”.

**CHEGA A
SER INCRÍVEL,
NO ENTANTO, QUE,
APESAR DESSA
PRODIGALIDADE
LITERÁRIA, INEXISTA
ABORDAGEM DA MESMA
HISTÓRIA PELO OLHAR
DO OU COM OLHAR
PARA O PARLAMENTO**

Realmente, quando se depara com uma dessas exceções, o que se percebe é a circunstância de o fato alvejado ter se dado no ambiente parlamentar

ou envolvendo algum de seus membros, mas, o verdadeiro alvo da preocupação do autor respectivo é o chefe do governo.

Ou seja, entre nós, a superlativização do Poder Executivo é acompanhada por igual exorbitância do interesse social por esse naco no poder estatal; não sendo este, entretanto, o cerne do que se pretende refletir neste texto, fica essa constatação como convite à reflexão.

Aqui, releva a intenção de iniciativas como a do programa Pró-Memória Legislativa, por meio do qual se busca preencher lacunas decorrentes daquele tipo de abordagem omissiva quanto à história oficial.

O objetivo do programa não é, pois, limitadamente contar a história da instituição que o criou, mas sim a da cidade, sob a perspectiva do Poder Legislativo local.

Ora, o Parlamento é, em qualquer instância, onde se dá o debate múltiplo dos temas de interesse social, rompendo os contornos estreitos do órgão monolítico do Poder Executivo.

Alguns dos produtos do Pró-Memória Legislativa serão, pois, específicos sobre a atuação do Conselho Deliberativo ou da Câmara Municipal, revelando à sociedade a forma como os parlamentares cidadãos buscaram equacionar as questões que atormentaram a população.

Outros, entretanto, ainda que buscando integrar a história institucional com a da cidade, colocam esta última em maior ápice, conforme o cerne de seu objeto.

É desta última lavra o produto de que se trata na presente revista.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte, fazendo uso da elegante e intrigante tecnologia, “recriou” a cidade, na forma como ela existiu em 1911.

Por meio de um passeio virtual, incluindo informações e diversões, o programa Pró-Memória Legislativa viabiliza que se tenham as mesmas sensações que moradores e visitantes da cidade tiveram quando andavam nas ruas, avenidas e praças em seus primeiros anos.

Sensações, frise-se, bem comezinhas, como ver pessoas perambulando pelos espaços públicos, animais correndo despreocupadamente, o vento importunando uns e outros...; e também outras curiosas, como conhecer os instrumentais urbanos então existentes e a largueza do horizonte daquele tempo.

Por isso e por muito mais, é o Passeio Virtual Belo Horizonte 1911 um produto lúdico com forte carga didática e informativa.

Mas, acima disso, trata-se de um convite ao pensar-se.

Vendo com certa exatidão

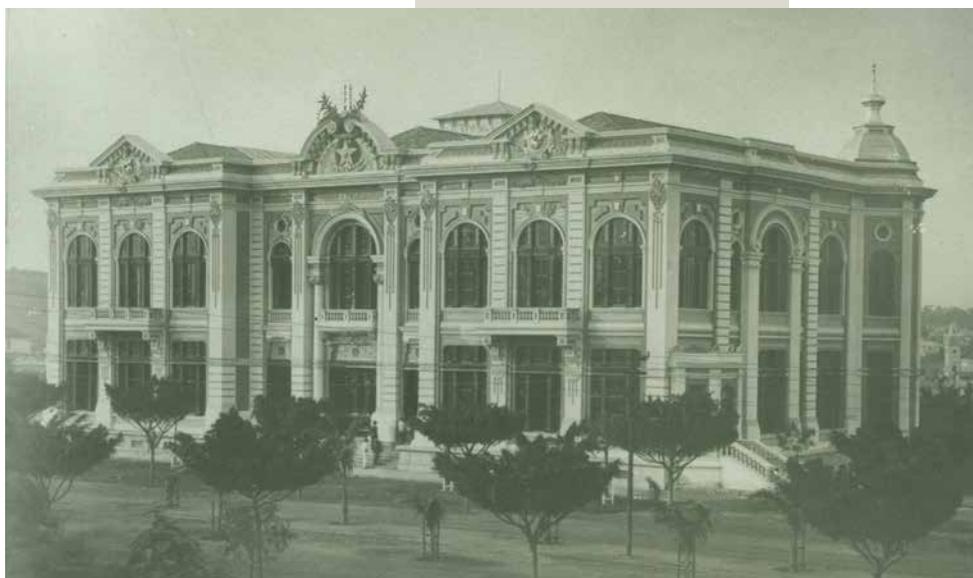
como a cidade era e comparando-a como ela é hoje, será possível pensar sobre o que queremos para o seu amanhã e como cada um de seus moradores pode influir nesse caminhar.

Tendo isso em mente, fica aí o convite para que se leia esta revista; se passeie pela Belo Horizonte de 1911; se veja como a cidade era e se lembre de como ela é.

Após esse exercício imagético, após essa “comparação visual crítica”, será possível a cada um decidir como interferir para que a cidade venha a ser aquilo que se quer para ela.

Fazendo agitar as cordas míticas da memória e da imaginação, muito certamente serão robustecidas as relações de cada um com a cidade; esse é, ao fim e ao cabo, o grande objetivo do Passeio Virtual Belo Horizonte 1911.

Prédio dos Correios situado na av. Afonso Pena entre a rua da Bahia e a rua dos Tamoios



1911: QUAL A RAZÃO DESSA DATA?

1911!

Até onde o programa Pró-Memória Legislativa conseguiu apurar, não se trata de um ano com relevâncias dignas de nota naqueles momentosos anos iniciais. Logo após a rápida edificação do que era essencial para a capital funcionar, o ritmo tornou-se brando, quase parando, com uma ou outra ocorrência ilhada de marasmo. Ao que se descobriu, naquele ano nenhuma obra ou evento se destacou a ponto de angulá-lo na história. Foi apenas mais um ano, dentro de vários arrastados anos daquela primeira década e meia de existência da Belo Horizonte cidade.

Qual o motivo, então, de se escolher um ano tão passivo?

Não se trata de nenhuma preferência especial por tal ano. Na verdade, a razão para

a escolha feita não carrega nenhum mistério e nenhuma motivação digna de espanto; ela se impôs por questões meramente práticas, uma obra do acaso.

Belo Horizonte, até pelo fato de ter seu erguimento coincidido com uma época na qual também a fotografia desabrochava entre nós, foi bastante registrada em seus primeiros anos. Boa parte do desaparecimento do arraial que lhe cedeu o lugar e a elevação dos primeiros edifícios mereceram a atenção das autoridades, de seus braços avançados e até de algum aventureiro mais

abastado. A fotografia, naquele momento, era um expediente para poucos, mas a circunstância de se estar vivendo, literalmente, um momento sabidamente histórico estimulou a sanha pelo registro.

O sonho acalentado por décadas durante a Monarquia nem precisou aguardar tanto tempo para ser efetivado, e isso precisava ser cristalizado para as gerações futuras e mesmo para as mentes mais descrentes dentre os contemporâneos daquela epopeia da engenharia. Não por acaso, os registros se davam mostrando como era e, com o passar do tempo e das obras, como ficou. Tratava-se, pois, de um recurso fortemente propagandístico.

É curioso, no entanto, que essa pródiga peregrinação ima-



gética centrou-se quase tediadamente nos mesmos edifícios, em idênticos locais. Chega a ser impressionante a igualdade entre as fotos, que quase se revela a mesma, com pouco mais ou pouco menos luz. Aliás, a semelhança siamesa detectada virtualmente coloca em cheque a confiança na datação aposta hodiernamente, aconselhando crer se tratar, mesmo, da mesma imagem!

Após muito labutar especulativamente da causa dessa repetição monótona, chegou-se à conclusão de que ela não se deveu a uma escolha ideológica e nem estética. Na verdade, ela se deveu a fatos muito casuísticos, sendo mesmo inevitável diante do cenário que em realidade existia para ser registrado.

Os vazios eram muitos e eram insistentes. Entre uma edificação e outra, por quase toda a curta cidade de então, vastos 'nadas' se impunham, com arvoredos e matas que teimavam em duvidar que, ali, se fazia presente uma sonhada metrópole.

Ora, a capital de Minas, que fora concebida e erguida para personificar a heroica história alterosa e o lugar de destaque no então novo regime destronado, não podia ser vista emoldurada em bananais! Isso seria, desculpem o trocadilho, por demais banal!

As fotos que eram tiradas, com forte intuito de alçar entusiasmo, tinham que retratar outro cenário, idealizado, compatível com os sonhos acalentados de opulência política. Minas, que tivera uma participação minúscula, ou mesmo nula, no processo de alteração do regime, precisava firmar-se solidamente



no novo proscênio e o caminho escolhido para visualizar essa sua posição alvejada era a ousadia de fazer brotar uma nova cidade. Tal pretensão, por óbvio, necessitava de certa ostentação, em nada se coadunando com um volume de prédios que teimava em não se multiplicar; aquela pretensão não era compatível com ruas em deserto, arrastados ocasos urbanos, incômodas cenas bucólicas, que precisavam ser ocultadas, mesmo que para isso se repetisse à exaustão os registros que se faziam.

Consciente ou inconscientemente, fruto de uma escolha bem definida ou mero reflexo da vontade de registrar algo diferente da natureza que se esticava, o fato é que os fotógrafos daquela época tiveram de se ater ao que havia para ser fotografado. Talvez hoje, com a riqueza tecnológica, o processo tivesse passado por outra opção, mas com as limitações de antanho, o caminho encontrado pode - e deve - ter sido a singela e quase ingênua repetição.

Áfinal, vale repetir, seria inadmissível frisar as ausências reiteradas no ambiente, pois isso significaria deixar em relevo a falta de quem se interessasse em se fixar no novo espaço urbano. Todo o processo em prol da mudança da capital se batera na premissa de que essa representava uma vontade de grande e imbatível maioria estadual, se não mesmo uma quase unanimidade dos mineiros. Se assim o era, como explicar a persistência dos vazios, das lacunas? Essa contradição se acentuava ainda mais considerando a já enunciada pretensão de que a nova cidade representava o novo regime. Ora, configuraria um absurdo que a nascente capital, simbolizando a República emergente, tivesse por 'absurda realidade' o desinteresse das pessoas em para lá se destinarem.

Pode até ser que esse quadro agora traçado não fosse, à época, uma emanção analítica racional. Afinal, a cidade era grande e o tempo era ainda pouco para reclamar-se de sua desocupação. Mesmo levando isso em conta, fixar em imagens os espaços ignorados não faria sentido, dentro de um contexto de divulgação insistente da empreitada mineira.

Qualquer que seja a hipótese - ou mesmo um pouco de cada uma -, o que importa para permitir uma resposta à indagação formulada no título do presente artigo, e repetida nos seus parágrafos vestibulares, é que as fotografias que chegaram até aqui efetivamente estão

marcadas pela insistência em registrar os mesmos ângulos e os mesmos prédios. Para reconstruir a cidade, em seu local mais ocupado e utilizado, seria preciso bem mais do que a imagem de um punhado de edifícios, visto o passeio pressupor, no âmbito de sua lógica, uma reprodução o mais próxima possível do que existia naquele tempo (qualquer que fosse a época escolhida).

Nesse sentido, fazia-se imprescindível que fosse escolhido um momento da história da cidade relativamente ao qual se tivesse o maior número de informações possível. Informações estas, registre-se, nem só quanto aos prédios já edificadas, mas também da ambiência social, econômica e política, já que o passeio também exige essa imersão no cotidiano. Foi isso tudo pensando que a pesquisa encetada buscou responder, tão sinceramente quanto possível, sobre qual o tempo que melhor responderia aos reclames próprios do produto então apenas gestado ideologicamente.

A recriação do conjunto espacial urbano da pequena área onde se concentrava quase toda a densidade belo-horizontina no início de sua história, é de se insistir, revelou-se difícil, quase mesmo impossível face a muitas e extensas lacunas. Como não se abria mão de emprestar ao trabalho a maior confiabilidade possível, pelo respeito inalienável ao público de hoje, esforçou-se a equipe do Pró-Memória Legislativa, no começo da trajetória agora concluída, por procurar des-

cobrir o momento com a maior informação disponível sobre a parte da cidade então encoberta pelos buracos do desinteresse dos contemporâneos da implantação da capital.

Após uma ou outra frustração preambular, eis que se deparou com duas alternativas bem confiáveis e satisfatórias. Os anos de 1908 e de 1911 se revelaram, de fato, viáveis para o intuito gerencial e criativo.

A primeira dessas alternativas guardava direta relação com uma iniciativa quase insana de Olinto Belém, um ativo profissional dessa arte chamada fotografia. Ele, visando participar da Exposição Nacional que teria lugar no Rio de Janeiro, em 1908, elaborou uma fotopintura e a apelidou 'Panorama de Belo Horizonte - Minas Gerais'. Aquele evento foi realizado em comemoração ao primeiro centenário da abertura dos portos às nações estrangeiras, medida esta promovida pelo rei D. João VI, quase simultaneamente à sua chegada ao Brasil, com toda sua família e a Corte Imperial, fugindo da agressão que Portugal estava em iminência de sofrer por Napoleão Bonaparte.

Seu trabalho, que recebeu uma medalha comemorativa no grau ouro, media 5,27 x 1,04 metros e apresentava uma visão ampla da cidade, a partir da rua Sapucaí. Nele, vê-se, em primeiro plano, as edificações e a praça da estação ferroviária, na época o principal ponto de chegada à capital. Ao fundo, a cidade se descortinava em meio a poucas e baixas construções, misturadas à predominância do

colorido verde da paisagem, confirmando tudo aquilo que antes se falou a respeito da desocupação ainda predominante.

Vale dizer, sobre essa fotopintura, que a fotografia sobre a qual ela se baseou não deve ter sido realizada visando à exposição na qual foi apresentada, e nem mesmo deve ter sido produzida no próprio ano de 1908. É que a fotografia germinal aparece publicada em um encarte no Guia de Belo Horizonte de 1912, sendo que, ali, se informa expressamente que se trata de uma realização feita em 22 de junho de 1906. Inexistindo qualquer motivo para se duvidar de tal afirmativa, muito provavelmente o que vemos naquela visão panorâmica recua, pois, nesses dois anos.

A outra possibilidade que se mostrou viável para as pretensões do programa Pró-Memória Legislativa era, como já dito, o ano de 1911, que terminou sendo a escolhida. Neste ano, foi publicado o Álbum de Belo Horizonte, uma iniciativa de Raimundo Alves Pinto e Tito Lívio Pontes, responsáveis, respectivamente, pela organização artística e textual da obra.

Essa publicação contém registros visuais e redacionais referentes às autoridades estaduais e municipais, bem como dados variados sobre a cidade e sua administração. Além disso, e mais importante para guiar a opção feita, apresenta uma série de fotografias de vias públicas, testemunhando a forma como estas se apresentavam então. Por fim, mas não menos impor-

tante, além de exibir registros de alguns prédios específicos, apresentava também outras panorâmicas da cidade, a partir de pontos variados. Esse conjunto de fatores viabilizou uma visão de conjunto mais orgânica.

Mesmo esse conjunto não sendo completo, ele se mostrou o mais adequado aos objetivos alvejados - até pelo fato de as diversas panorâmicas serem, em comparação com a de 1908, parciais -, não abarcando, pois, toda a cidade de então e todas as latitudes visuais. Vale dizer que a fotopintura de Olinto Belém foi muito útil no trabalho de 'reconstrução' da cidade antiga, ajudando complementarmente na definição dos espaços ocupados e no apontamento de volumetrias importantes para o processo. Essa ação conjugada não prejudicou a veracidade do resultado final, seja pela minúscula distância temporal entre as duas fontes, seja pelo fato de que a ação construtiva na época era bem mais lenta do que hoje, permitindo, assim, uma recomposição bem confiável.

A escolha feita se confirmou de forma taxativa, em conclusão, por se encontrar, no álbum de 1911, fotos de todos os membros do antigo Conselho Deliberativo, primeira manifestação do Poder Legislativo em Belo Horizonte. Ora, em se tratando de um produto concebido e executado pela Câmara Municipal, nada mais razoável que esse ingrediente se impusesse, por ser a todos muito caro respeitar os antecedentes da matriz ofertadora do passeio virtual.

Os conselheiros foram revividos conversando, entre si, às portas do antigo prédio da Câmara dos Deputados de Minas Gerais, próximo ao local onde, pouco depois, se ergueria o belo edifício de sua primeira sede. Procurou-se insinuar, com isso, que eles estariam se preparando para uma sessão ou saindo dela. Como o Conselho não possuía, ainda, sua sede, suas reuniões se davam em local disponibilizado por outro órgão, sendo crível que, eventualmente, possa ter havido alguma delas no prédio de sua entidade-irmã. Mas mesmo que em verdade isso nunca tenha ocorrido, ainda assim a colocação dos conselheiros ali pode ser identificada como uma visita à Casa Parlamentar que, anos depois, se tornaria a Assembleia dos dias de hoje, ficando aí uma homenagem a essa instituição.

Com a escolha feita, pois, conseguiu-se, a um só tempo, rememorar nossa cidade e também a história oficial dela. Tudo o que se poderia pretender, no início da caminhada, terminou sendo alcançado, e até um pouco mais.

O ex-presidente estadunidense Woodrow Wilson (1913-1921) alertou, de certa feita, que, conhecendo bem a tarefa que nos é entregue, conhecer-se-á o tempo em que se está inserido. Pensando nisso, e em tudo o que foi dito antes, pode-se afirmar que 1911 se mostrou o ano perfeito para se promover o passeio na Belo Horizonte de ontem.



PASSEIO VIRTUAL BELO HORIZONTE 1911: HISTÓRIA E OBJETIVOS

O surgimento, a organização e, de certa forma, os primeiros anos no desenvolvimento de Belo Horizonte foram, pode-se dizer, artificiais. Não se afirma isso como rigorosa crítica historicista, mas apenas como testemunho de uma realidade factual. A capital mineira foi decidida, concebida e erguida a partir de uma escolha consciente dos poderosos do Estado, que pretendiam, com ela, marcar posição vistosa na então nascente República.

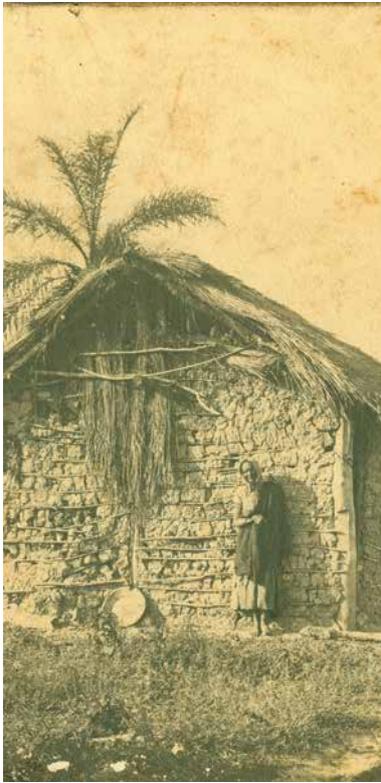
A mudança de regime político, determinada por um golpe de Estado ocasional, comandado quase inercialmente por algumas lideranças militares, exigia medidas e posturas que a justificasse. Tal como o povo, que a tudo assistiu inconscien-

te, os republicanos - e também aqueles que aderiram de pronto à nova situação -, despreparados para assumir o governo assim, de repente, precisavam criar projetos e símbolos de poder, consolidando a ordem 'acontecida'.

Espelhando essa premência, na Constituinte Mineira de 1891 ecoaram vários anseios por temas caros ao tempo em que ela se deu, como cooperativismo regional, colonização racional e municipalismo; propostas para sua inserção na Lei Maior do Estado não faltaram e provocaram ácidos debates. No bojo desse processo de criar às pressas os pilares para a mudança política já ocorrida, resgatou-se antiga pretensão por uma nova capital, que esti-

vesse fisicamente apta a concatenar o progresso integrado das diversas frações de Minas, sem ancorá-lo sob dificuldades geográficas e herança simbólica das práticas de antanho.

Abstraindo das opções possíveis para viabilizar esse intento e, ainda, da causa determinante para a escolha ao final ocorrida, o fato é que a preferência recaiu sobre o espaço onde se localizava um pequeno vilarejo, sem qualquer relevância. Essa escolha, aliás, se deu por isso - dentre, claro, outras razões de ordem prática e de oportunidade -, já que a insignificância do antigo Curral Del Rei permitira sua absoluta supressão, para dar lugar a algo inteiramente novo. Assim, a nova cidade e capital foi erguida simultaneamente com



o soçobrar imposto ao arraial que a antecedeu, dele deixando mínimos rastros.

Da mesma maneira que se deu com o erguimento da cidade, também o seu processo evolutivo foi marcado pelo dirigismo, ainda que um tanto quanto capenga. Exatamente pelo fato de ter sido criada por ato de governo, e erigida em prazo cruel, ela não teve um desenvolvimento natural, acompanhando as circunstâncias das gentes que a ocuparam; ao contrário, parte considerável do núcleo central de Belo Horizonte foi traçado e implantado sem que nada houvesse para ocupá-lo. As vastas ruas e avenidas, pensando-se sob o olhar de rotina de mais de cem atrás, não eram ainda emolduradas por edificações; não havia pessoas, não havia vida, não havia ocor-

rências cotidianas em grande parte daquilo que foi efetivado na primeira década e meia de existência da capital.

Também as regulações de como deveriam se dar os fatos econômicos e sociais decorreram não dos moradores que ali se assentaram, ou de uma entidade que os representasse, mas da vontade unilateral do presidente do Estado (denominação então adotada para o atual cargo de governador). Outorgadas verticalmente, sem nem ao menos serem discutidas pelos parlamentares estaduais, essas normas buscavam organizar a tudo e a todos pelo prisma solitário do Palácio.

Isso significava que a própria orientação para o desenvolvimento físico e funcional da cidade era ditada por essas escolhas arbitrárias; e se assim o era, não raro se dava inconsistência nesse caminhar, que ora incentivavam e que ora se desinteressavam em orientar aquele processo em tal ou qual direção. Voluntarismo, puro e simples! Daí ser possível afirmar-se que, também quanto à evolução inicial da cidade, a artificialidade foi a tônica dominante.

Como, no entanto, não se consegue segurar por tempo demais a água entre as mãos, em algum momento a cidade tomou seu destino para si e adquiriu um ritmo próprio de crescimento. Muito provavelmente assim se deu sem consciência; simplesmente aconteceu, fruto natural da vida, que passa a ignorar o dirigismo. Se a princípio a ocupação do lugar se resumiu ao

despontar de edifícios oficiais e das residências dos transferidos para cá, com uma ou outra exceção, fato que viabilizava a definição oficial de onde construir, a partir dessa nova fase foram brotando casas - de moradia e de negócios - dos que escolheram mudar para Belo Horizonte, que passaram a locarem-se onde lhes apetecia pessoalmente.

Superado o titubeio inicial, inspirado pelo medo de se aventurar em um lugar totalmente novo, essas transferências para a capital ainda recém-instalada foram se avolumando e, com elas, foi se esvaindo a capacidade governativa de controlar o desenvolvimento local, permitindo aquela jejunal desenvoltura própria da cidade.

Até que esse processo se consolidasse - o que demorou muito -, os longos vazios dominaram a paisagem, mesmo considerando só o restrito pedaço escolhido para sediar o núcleo germinal. Um sobrado aqui e acolá, um amontoado de restos de construção por todo lado e largas vias empoeiradas pelas quais quase nada passava. Belo Horizonte era a própria personificação da contraditória República que também saía de um relutante cueiro!

Conhecer essa cidade incipiente, de poucas sombras, devia ser um exercício hercúleo, pois, mais do que exigir um esforço físico para percorrer as distâncias abastadas entre um ponto e outro de ocupação, exigia generosidade para enfrentar a monotonia ditada pelo nada, distanciando ainda mais aque-

les pontos com gentes. Diante dos discursos reiterados desde a decisão por se mudar para ali a capital de Minas, falando de uma cidade emocional e merecedora de todos os entusiasmos, a insistência dos vazios apelava por uma rica imaginação, permitindo que se vislumbrasse um grande centro, com prédios de todos os usos, com pessoas, com alaridos civilizatórios. Em Belo Horizonte, era só quase silêncio; o som que ainda predominava era o dos pássaros renitentes.

Percorrer essas ruas, avenidas e praças; vislumbrar edifícios baixos e de arquitetura algo artística; eventualmente assistir ao sempre desejado atuar do carro-pipa que atenuava o desconforto da insistente poeira; verificar a existência de espaços imaginados para os presentes e então inevitáveis equídeos...

Belo Horizonte era de uma pequenez, de uma singeleza pueril, que impressionava. Mais do representar o regime, ela terminava por fazer lembrar as paisagens urbanas do passado ainda próximo, apenas com contornos mais modernos, salpicados de nadas.

Hoje, décadas longínquas dali e moradores de uma cidade que não tem quase espaço algum de frescor aos olhos, é quase inimaginável esse cenário. Um cenário com uns poucos transeuntes de terno pesado e quase sempre escuro; um cenário com alguns animais domésticos soltos, rivalizando no espaço e na cacofonia cotidiana; um cenário inocente, mesmo quando povoado por

personagens que brandiam as complexas bandeiras da política e da administração. Presidentes, secretários, conselheiros e cientistas conversavam animadamente com visitantes do interior ou com interessados locais, nos passeios ou que tais, sem ainda o cuidado excessivo decorrente do progresso. Tudo era como nas remotas localidades de Minas, sem grandes dificuldades, sem qualquer temor ou tremor.

Belo Horizonte era assim! Claro, toda cidade já o foi também; o que diferencia a capital de Minas, para tornar em exclamação tal afirmativa historicamente inevitável, era exatamente o fato de ela ter sido concebida para nascer grandiosa; para já nascer fulgurante, e não apenas assim se tornar. Teimosamente, ela impôs seu tempo para isso acontecer! Os registros - oficiais, literários e midiáticos contemporâneos -, e que são muitos!, testemunham por um bom naco de décadas para o sonhado começar a se fazer fato.

Hoje, mais de século depois, quando não se precisa abrir a janela - de casa, do escritório ou de um automóvel - para sermos ensurdecidos por uma miríade de sons perturbadores e de imagens contínuas sem descanso, nem ao menos conseguimos imaginar tal cenário remansoso. Hoje, quando nem mesmo gente como a gente consegue desvencilhar-se do frenesi, e simplesmente 'bater papo' em uma esquina, nos nega a criação mais imaginosa acreditar que essa era a regra impositiva

entre os próprios importantes de outrora. O tempo era outro; lento, calmo, vagaroso.

Provavelmente, filhos que somos do impulsivo, sofreríamos de tédio ou teríamos um 'treco' sob um dia-a-dia tão alongado. Provavelmente ou... ..surpreendentemente talvez não!

Pode ser que, ao contrário desse cínico entender, a gente aprendesse que a vida pode ser mais respeitosa com a qualidade do cotidiano, com um estresse mais "sob controle". Pode ser que a gente aprendesse a olhar para os lados, sorrisse para o correr impúbere de uma criança ou para a brincadeira gentil de alguns cãesinhos. Pode ser que ainda parássemos para um 'dedo de prosa' com um estranho, um estrangeiro ou um alto dignatário. Pode ser que, sem a obrigação hoje só de turistas, simplesmente nos quedássemos diante de um ou outro prédio e nos entretivéssemos vendo suas linhas construtivas.

Pode ser; pode ser!

Como essa cidade não existe mais, tais divagações mais parecem um exercício nostálgico estéril, já que aquilo que passou inapelavelmente saiu de nosso alcance. Realmente, elas parecem uma mera adivinhação, certo!?

Não, não é bem assim. A tecnologia de hoje a tudo permite. Sensações, surpresas e emoções de um século atrás podem ser revividas com elevado grau de fidedignidade. Sem o dissabor de respirar aquela poeira fina de um canteiro de obras que resistia ao término, podemos



Ilustração: Rafael Guimarães

16

'sujar' os sapatos e as barras das calças e vestidos, conhecendo nossa capital quando, em seus prolegômenos, mais parecia um vilarejo de prédios bissextos.

Fazer esse percurso, descobrindo curiosidades, divertir-se ou só perambular! Ao longo desse devaneio, refletir sobre o tipo de vida, de rotina, de aborrecimentos que queremos ter, que precisamos suportar...

O passeio virtual à Belo Horizonte de 1911, pois, pretende exatamente isso. Em absoluto, sem pedir que se abdique do que a vida de hoje oferece ou impõe, esse instrumento que a Câmara Municipal de Belo Horizonte, por seu programa Pró-Memória Legislativa, lega à sociedade, permite que conheçamos, em detalhes impressionantes, aquela pacata cidade e o seu modo de vida. Por ele, realmente será possível voltar

no tempo, e será possível fazê-lo com o seu próprio andar, o seu próprio ritmo. Não há, como nos filmes, um final inevitável; no passeio virtual, cada um poderá perambular como quiser, e por quanto tempo quiser. Cada um o aproveitará conforme sua curiosidade.

Vale frisar, no entanto, que esse passeio virtual é muito mais do que um simples divertimento; sem deixar de ser lúdico, é ele um instrumento de fazer pensar. Revelando as 'curvas longamente retas' da capital, ele nos faz pensar sobre como devemos lidar com nossa cidade. Isso, vale dizer, não com um senso arrivista por um tempo que se nega a voltar, quando a vida era tão fácil e amistosa; o que se pretende é, simplesmente, que se reflita sobre como podemos e devemos, sob os influxos da realidade, interagir com espa-

ços e gentes, determinando o cotidiano de hoje e de amanhã.

O passeio virtual não se pretende o resultado dessa empreitada; o que se quer, com ele, é que cada um reflita, vendo o passado e lembrando do presente, como se quer seja o futuro e como se pode e se deve influir para a concretização disso. A visualização comparativa entre os espaços de tempos diversos viabiliza essa reflexão, desde, claro, que se queira.

Quem, no entanto, não quiser pensar em nada disso, ainda assim se trata de um belo instrumento de ocupação leve do tempo, de descanso, de brincadeira despreziosa.

Cada um, pois, escolherá como será o seu passeio!

Ao passear pelas ruas que nem pareciam ser as nossas, pretende-se viabilizar uma experiência divertida, pedagógica e



analítica; tudo isso, ou só algo disso. Cada um que decida! E decida a cada vez que voltar a fazer o passeio. Pode ser só passatempo, sob deliciosas inspirações; mas pode ser mais, muito mais. Pelo Passeio Virtual Belo Horizonte 1911, será possível descobrir novidades do passado.

Por ele, ao adentrar nesse universo feérico, é plenamente possível nos situarmos no nosso lugar e dar a este a roupagem que entendermos a mais salutar. É uma experiência de 'posseimento': de sermos da cidade e de ela ser nossa! É uma experiência muito, muito interessante mesmo.

Na correria, deixamos de lado tudo isso; quem sabe, se voltarmos alguns passos, conseguiremos voltar a isso, hoje!? A vida moderna não deixará de ser o que é: intensa, anônima, curta. Mas, em cada ângulo seu, podemos, sim, ver algo que nos passa despercebido, por andarmos olhando para o chão. Queremos que todos voltemos a olhar para o lado e para frente, reconhecamos o nosso espaço e o nosso vizinho, nos conciliemos com a nossa cidade.

Esse, o objetivo do Passeio Virtual Belo Horizonte 1911! Divertir e ensinar, capaz de nos tornar indivíduos de um lugar.

Conheça esse intrigante experimento, nas páginas seguintes e, mais ainda, com idas e voltas ao endereço de nossa cidade: www.cmbh.mg.gov.br/pro-memoria

PESQUISA ICONOGRÁFICA

*Conheça parte do importante acervo
que foi referência para a criação do
Passeio Virtual Belo Horizonte 1911*



*Praça da Liberdade
Acervo do Arquivo Público da Cidade de
Belo Horizonte. Foto anterior a 1910*



Estação de bondes (esquina de av. Afonso Pena e rua Bahia), com 2º relógio público (1910-1920).
Acervo Museu Histórico Abílio Barreto



O edifício foi idealizado para ser um grande hotel, que não chegou a se concretizar. Ainda em meados de 1906, o Governo do Estado de Minas Gerais adquiriu a construção em andamento e a transformou no Quartel do 2o. Batalhão de Brigada Policial. Entre sua inauguração em 1906 e 1911, o edifício sofreu várias reformas, e passou a abrigar também a Junta Comercial e órgãos do Ministério da Guerra. Em 1911, a força pública se transferiu para Juiz de Fora, e o edifício passou a ser sede da Escola Livre de Engenharia - Acervo Arquivo Público Mineiro



Vista do antigo Fórum de Belo Horizonte - MG, mais tarde transformado em Escola Normal e depois no Instituto de Educação. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.



Cia de Luz situada na av. Afonso Pena.



Vista do Grande Hotel de Belo Horizonte (MG) à avenida do Paraopeba (chamada Augusto de Lima a partir de 1935) esquina com rua da Bahia onde mais tarde construiu-se o edifício Arcângelo Maleta. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto

21

Belo Horizonte - 1900
Seq. : J. Góes



Vista da antiga Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem em Belo Horizonte - MG. Ao fundo, a Igreja do Sagrado Coração de Jesus e o Fórum, mais tarde transformado em Escola Normal e depois no Instituto de Educação. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.



Trecho da rua Goyás

Rua Goyás, atual rua Goiás, com vista parcial do Teatro Municipal (esq.) e do Palácio de Justiça ao fundo. Foto do Álbum Belo Horizonte 1911. Acervo Particular.



Vista do Teatro Municipal de Belo Horizonte - MG à rua Goiás esquina com a rua da Bahia. Em 1942 foi transformado no Cine Metrópole e demolido em 1983. Acervo Arquivo Público Mineiro.



Secretaria das Finanças



Imprensa Oficial



Chefia da Policia



24

Ponte Artística. Localizada onde hoje há o viaduto Santa Tereza. Ao fundo o imponente prédio dos Correios. Acervo do Museu Histórico Abílio Barreto.



Igreja Metodista, onde hoje é o edifício Acaiaca; fundada em 14 de outubro 1898, foi demolida em 1937. Fotografia entre 1905 e 1908. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto



*Relatos de curiosidades e descobertas
durante o processo de criação do Passeio Virtual*

PROCESSO E DESCOBERTAS

Localização: Praça da Liberdade
Tipo de uso em 1911: residência
de Francisco Narbona e posteriormente
Escola de Odontologia*

SOLAR

O prédio Solar Narbona, localizado na praça da Liberdade, é um dos poucos exemplos que resistiram ao tempo e à constante modernização da cidade. A equipe de criação não encontrou dificuldades para identificá-lo já que pôde estudá-lo *in loco* por meio de registros fotográficos.

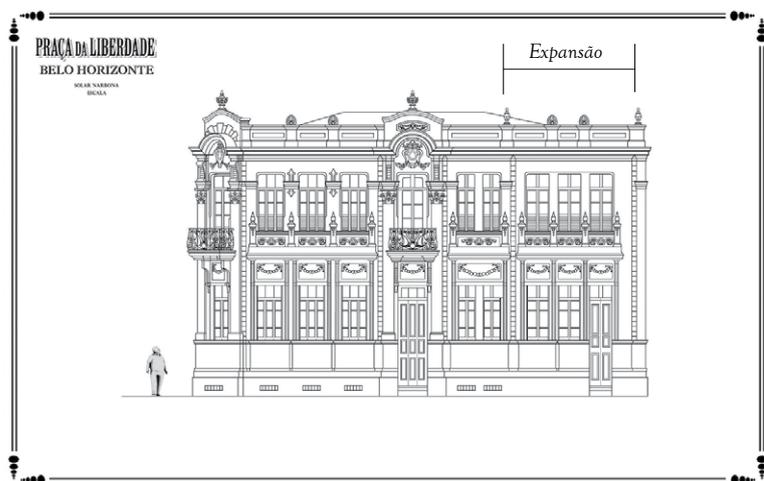
Situado em área aberta e de fácil acesso, sem muita interferência dos outros aparatos urbanos como placas, árvores e outras edificações, este parecia ser um dos mais simples projetos de modelagem até então.

Nessa primeira etapa do projeto ainda não se tinha convênios com órgãos que pudessem fornecer as plantas de todos os prédios, e mesmo que já o tivesse, sabe-se que nem todos as plantas estão disponíveis para o público. Optou-se, então, por usar fotos recentes de satélite, realizar visitas aos locais e pesquisas no acervo fotográfico que se tinha acesso.

A análise de conjuntos arquitetônicos por meio de fotografias possui alguns problemas.

O primeiro problema é a escala e a exatidão das medidas. Por mais que os objetos, pessoas, postes e outros elementos urbanos nos forneçam uma certa segurança da escala, a exatidão das medidas não estará presente.

O segundo é a limitação de visão da imagem. Arquitetura é



tridimensional, fotografias são bidimensionais, e é claro, com isso não foi possível adquirir informações de todos os lados para reproduzir os detalhes na hora de reconstruir virtualmente.

A terceira limitação refere-se a qualidade da imagem.

Problemas de foco, reproduções com perda de qualidade, danos causados por má conservação ou ação natural do tempo, bem como falhas no processo de revelação que levaram à deterioração da fotografia, dentre outros. Ainda, em alguns casos a resolução das imagens digitalizadas era muito baixa, o que dificultou o trabalho.

Por fim, a questão referente a datação das fotografias e documentos.

Em muitos casos obter a datação correta foi um problema, em outros, sequer foram

encontrados registros visuais daquela época, o que acarretou na utilização de referências de datas próximas, anteriores ou posteriores a 1911.

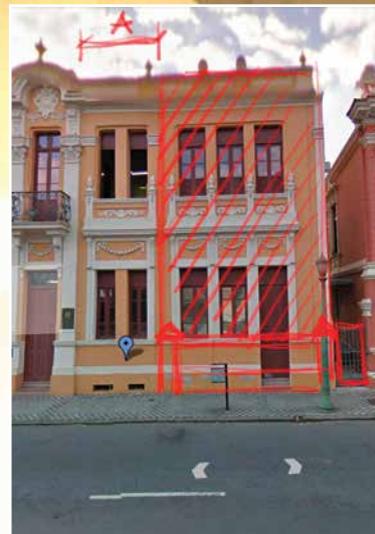
O Solar Narbona se tornou uma referência interessante no processo de criação do ambiente virtual, já que foi um dos primeiros prédios a serem modelados. A aparente facilidade se tornou uma armadilha. Depois de coletar imagens *in loco*, o artista conceitual fez o projeto das fachadas, depois o modelador reconstruiu o prédio e utilizou as mesmas cores do prédio atual para as texturas e ornamentações. Um belo trabalho. Até que o arquiteto Bruno Destéfani descobriu na internet uma imagem supostamente de 1930, de baixa resolução, que comprovava que em alguma data posterior, houve uma reforma e um acréscimo no tamanho do prédio.

NARBONA

Na primeira imagem, tirada aproximadamente na década de 1930, vemos o prédio sem a expansão atual.

No cartão postal do meio, sem data, confirmamos o formato original da fachada.

Na imagem atual fica clara a ampliação do imóvel.



A imagem maior, na parte superior, é o Solar Narbona já modelado e texturizado como aparece no Passeio Virtual

Liga a praça da Liberdade
à Praça da República, atual
Praça Afonso Arinos

AV. JOÃO

Ao longo da história de Belo Horizonte os nomes de diversas ruas e avenidas foram alterados, como por exemplo a atual av. João Pinheiro que até 1908 era chamada de av. da Liberdade. Avenida esta que faz a ligação entre a praça Afonso Arinos com a Praça da Liberdade. Outro exemplo é a própria Praça Afonso Arinos, que à época era chamada de Praça da República. Optou-se no caso da João Pinheiro, por manter o nome original, mesmo que em 1911 já estivesse alterado, e foi necessário fazê-lo também em outras localidades.

Esta área é um bom exemplo de registros fotográficos raros, o que levou-se a debater o que fazer no caso de não encontrar nenhuma documentação dos lotes, mesmo sabendo que ali existiam construções. De posse do cronograma de execução, percebeu-se que aprofundar nas pesquisas para além das imagens fornecidas pelo MHAB, APM e APCBH, poderia tomar um tempo que não se tinha. Optou-se por dar segmento ao trabalho preenchendo as áreas "vazias" com prédios, sobrados e casas fictícias, mas que pre-

servassem o estilo arquitetônico da época.

Entre Guajajaras e Aimorés

A partir de 1911 a prefeitura deixou o primeiro pavimento da Secretaria de Agricultura, na praça da Liberdade, e ocupou prédio próprio na Av. da Liberdade esquina com Aimorés. O prédio abriga hoje o Arquivo Público Mineiro. Do mesmo lado, pouco abaixo, num sobrado, estava instalado o Senado Mineiro, também conhecido como Senadinho. Ambos preservam, ainda hoje, boa parte das características das fachadas originais. Além disso, por se tratar de prédios oficiais, as imagens da época são de boa qualidade.

No mesmo lado da rua, na esquina com a Rua Timbiras, morava João Pinheiro, o Governador que deu o atual nome da alameda. O próximo quarteirão, entre Timbiras e Guajajaras também possui registros fotográficos datados entre 1905 e 1910. Ademais, o álbum Belo Horizonte 1911, publicado no mesmo ano, nos forneceu algumas imagens importantes.



PINHEIRO

A CASA DAS BANANEIRAS

Aqui começa uma curiosa etapa do trabalho realizado. Por que as fotografias somente abrangiam a parte direita de quem sobe a avenida? Além disso, ao pesquisar fotografias da rua dos Guajajaras percebeu-se que elas também não mostravam a casa que fazia esquina com a avenida.

Sem possuir as plantas e as datas das construções da parte esquerda, a equipe criativa não teve dificuldade em fantasiar um pouco e preencher a área.

Será que as construções da esquerda da João Pinheiro eram esteticamente reprováveis ao gosto dos fotógrafos que, cla-

ramente queriam registrar uma metrópole que representasse o progresso?

Evidente que a resposta a tal pergunta não é afirmativa para todas as construções. Uma imagem digitalizada de página de uma revista antiga* e com qualidade não muito perfeita, acabou confirmando que a casa da esquina, também à direita de quem sobe, não apresentava o glamour das outras construções vizinhas.

Era uma casa simples, cheia de bananeiras enormes, com muitas plantas no quintal. Ignorada por alguns fotógrafos, ela se tornou o nosso prêmio. Lá está ela no passeio, e também no *game*.



*Única imagem encontrada que registra parcialmente a casa da esquina da av. João Pinheiro e Guajajaras

Atual praça Afonso Arinos.
Nunca teve o seu projeto
finalizado

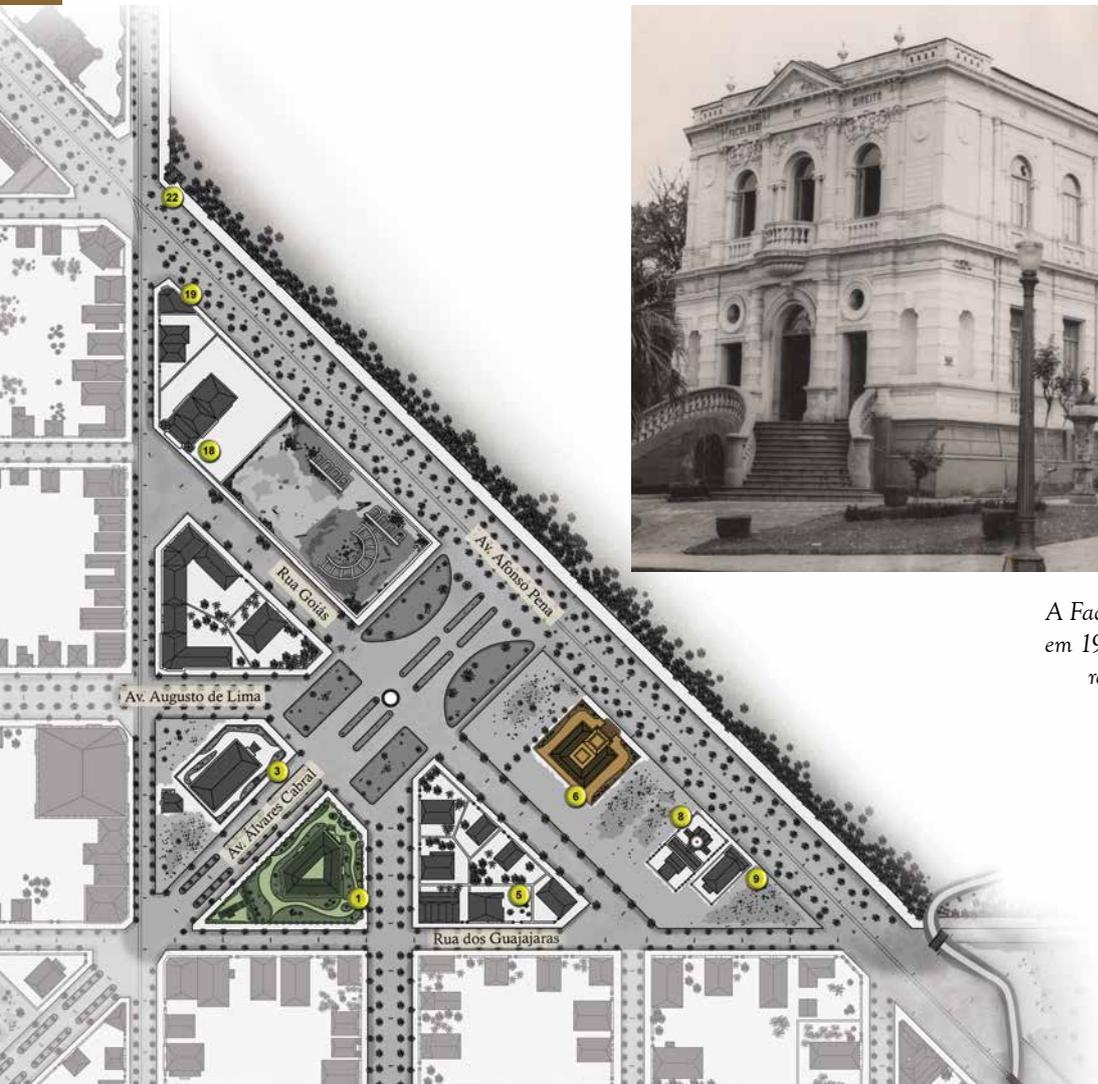
PRAÇA

Na Praça da República, vale destacar a Faculdade Livre de Direito (1), que já não existe na sua forma original e o Palácio de Justiça (6) que ainda hoje pode ser visto na avenida Afonso Pena.

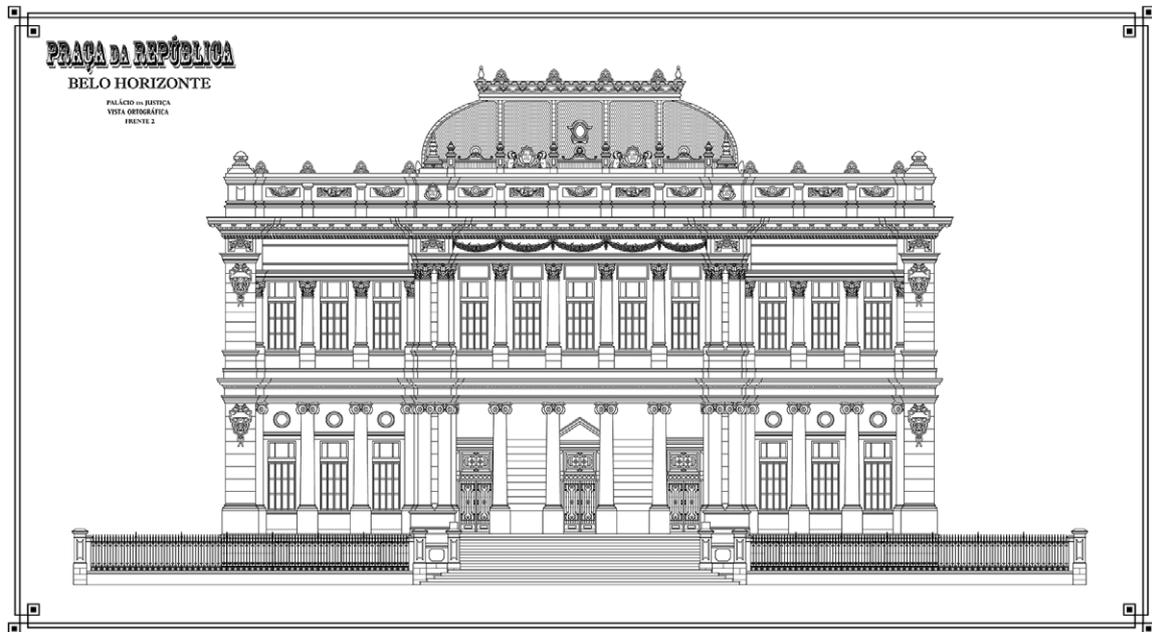
Outras edificações importantes na região: a Agência de Bondes (22), a casa Arthur Haas (19), o Teatro Municipal (18), a Câmara dos Deputados (3), o Clube Floriano Peixoto e Escola de Artífices (8), a Escola Livre de Música (9) e a casa do artista alemão, Frederico Steackel (5).



A Faculdade Livre de Direito como era em 1911 (acima em preto e branco) e a recriação virtual (acima em cores).



DA REPÚBLICA



Desenho conceitual da fachada do Palácio da Justiça baseado na fotografia acima.

Principal corredor cultural e
de comércio da cidade

RUA DA



Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

32



A rua da Bahia é emblemática em termos culturais para a cidade de Belo Horizonte. Quem caminhar por ela nos dias de hoje vai se deparar, na altura da Avenida Álvares Cabral, com um monumento que eterniza um trecho do samba de Rômulo Paes: “A minha vida é esta: subir Bahia, descer Floresta...”. Não seria possível dar menos importância a ela no projeto do Passeio Virtual.

Para ser mais preciso, a rua da Bahia é a coluna vertebral do passeio, começando pela Casa do Conde Santa Marinha, passando pela Faculdade de Engenharia e pelo suntuoso prédio dos Correios, na esquina com Afonso Pena. O trecho mais intenso e elegante da época, tinha de um lado o Hotel Globo e do outro lado a Casa Arthur

Haas, ainda na esquina com Afonso Pena. No próximo quarteirão temos o Teatro Municipal, logo a frente o Grande Hotel, mais acima a Capela de Lourdes (hoje, o Colégio Sagrado Coração de Jesus) e, por fim, o Instituto Manguinhos (esquina com Olegário Maciel), já na altura da Praça da Liberdade.

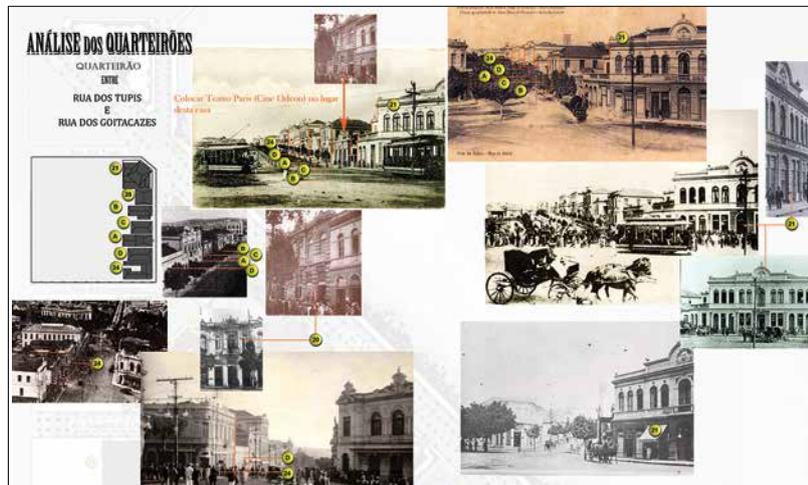
A Bahia corta toda a extensão do cenário, possui o maior número de prédios modelados e por isso, consumiu o maior número de horas trabalhadas do projeto. Apesar disso, também optou-se por adicionar, em alguns trechos, prédios fictícios para acelerar o processo de construção e manter o foco nas edificações mais importantes, no contexto do projeto.

Esta decisão foi reforçada ainda, pelo fato de um longo

BAHIA

Na rua da Bahia com Goiás ficava o Teatro Municipal. (esq.)

O segundo Batalhão de Polícia, que posteriormente tornou-se Escola de Engenharia, fica na Bahia com Av. do Comércio (atual Av. Paraná). Hoje seu prédio abriga a o Centro Cultural da UFMG. (esq. abaixo)



trecho da rua ser ocupada pelo comércio, e, talvez por isso, percebeu-se nas fotografias várias alterações de fachadas num curto intervalo de tempo.

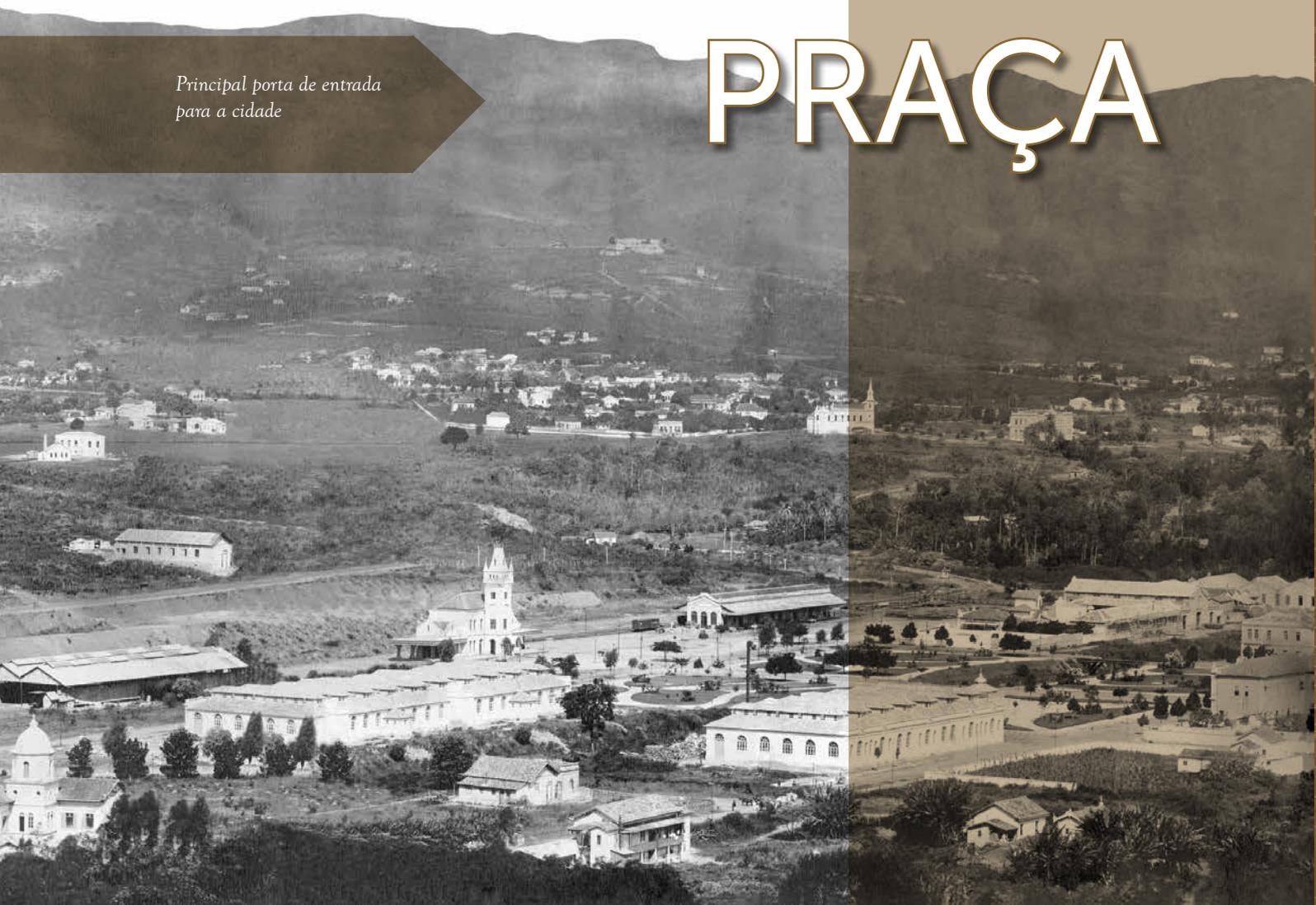
Uma rica rua cultural e comercialmente não poderia mesmo ser estática. A ela coube abrigar uma boa curiosidade do passeio virtual. Belo Horizonte era conhecida por ter muita poeira no período de seca, pois nem todas as ruas ainda eram calçadas e o asfalto chegou um pouco mais tarde. A solução encontrada na época foi um bonde “pipa”, que subia a Bahia cheio de água e descia acalmando a poeira que invadia o fino comércio da região.

Prédio dos Correios. Situado na Av. Afonso Pena com Bahia, era um dos mais imponentes da cidade



Principal porta de entrada
para a cidade

PRAÇA



O cronograma de execução da construção da cidade foi dividido em três fases. A primeira fase fez a construção do cenário referente a Praça da Liberdade, enquanto que na fase dois se deu pela constituição da Praça da República e, por fim na fase três a Praça da Estação, sendo que nesta última ficaram evidentes alguns desafios extras.

Montar um cenário para aplicativo com interação em tempo real, que possua ampla área aberta, onde a profundidade de visão é longa, cria alguns problemas técnicos interessantes, que talvez o público

leigo, acostumado a jogos de ação realistas não perceba. Na prática, foi preciso remontar mais quarteirões, pesquisar mais prédios e detalhar mais os cenários.

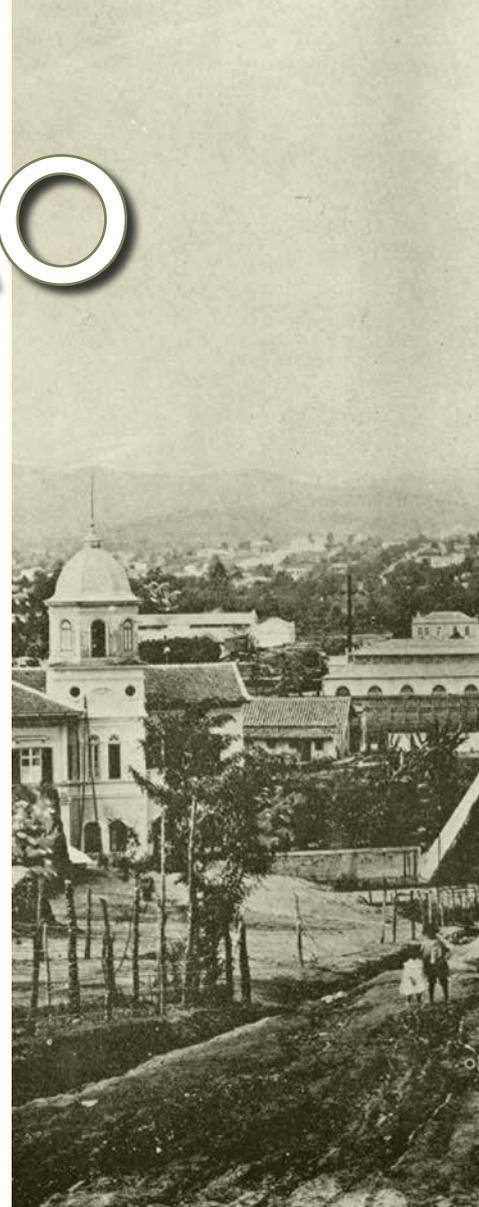
Há técnicas consolidadas para se fazer isso sem tornar o cenário "pesado" e assim, acabar exigindo que o usuário do aplicativo possua um computador moderno e caro. Uma das técnicas mais usadas é o uso da neblina. Explicando de uma forma simplista, podemos dizer que, com a neblina, a visibilidade em profundidade se torna pequena e tudo acaba ficando mais "leve" em termos

de processamento (considere que tudo que aparecer na tela do usuário, terá que ser processado pelo computador).

Contudo, utilizar da neblina como meio para economizar processamento, nos privaria da oportunidade de mostrar o horizonte, que é o grande trunfo desta bela cidade. A conclusão foi que seria necessário mostrar no passeio virtual as montanhas, que hoje estão escondidas pelas torres de concreto e trabalhar a otimização para economizar processamento de outra forma.

Apesar do acervo fotográfico da época, que estava em poder

DA ESTAÇÃO



dos colaboradores deste projeto ser vasto, aparentemente nem todos os locais da região eram "interessantes" o suficiente para que fossem amplamente fotografados. Ou seja, tinha-se em detalhes o prédio da estação central, algumas indústrias e não muito mais.

Entretanto, uma fotografia datada de 1908, do fotógrafo Olinto Belém, foi a peça chave para todo o processo de levantamento e criação do cenário.

Trata-se de uma montagem panorâmica que provavelmente foi clicada de algum ponto do atual bairro Floresta que mostra com grande riqueza de

detalhes a praça da Estação e o seu entorno, com visualização do Mercado (atual rodoviária) até as áreas, então com poucas moradias, do atual bairro Lagoinha. Uma imagem com profundidade, nitidez e bastante informação.

Comparando as imagens individuais de prédios como o da Estação Central, do Centro Industrial Mineiro, e outras, o artista conceitual Thiago Bacelar pôde descobrir e desenhar os prédios de comércio daquela região. Neste caso, o belo trabalho tem muito mérito na capacidade e talento do artista. Deixar de citar isso seria injusto.

Posteriormente, já com acesso ao acervo de plantas do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, confirmou-se a precisão do trabalho de Thiago e ainda foi possível acrescentar mais detalhes.

Ainda assim, por uma questão de prioridade no cumprimento do cronograma, optou-se por deixar algumas áreas vazias ou apenas com estruturas de andaimes e caixas, como se ainda não estivessem prontas. Isso na verdade acrescentou mais charme e reforçou o conceito de uma cidade em plena construção, como realmente era em 1911.



36

Acima: edifício da Estação Central. Um exemplo de imagem bem conservada que nos forneceu preciosos detalhes para a construção de uma obra demolida na década de 1920. Acervo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

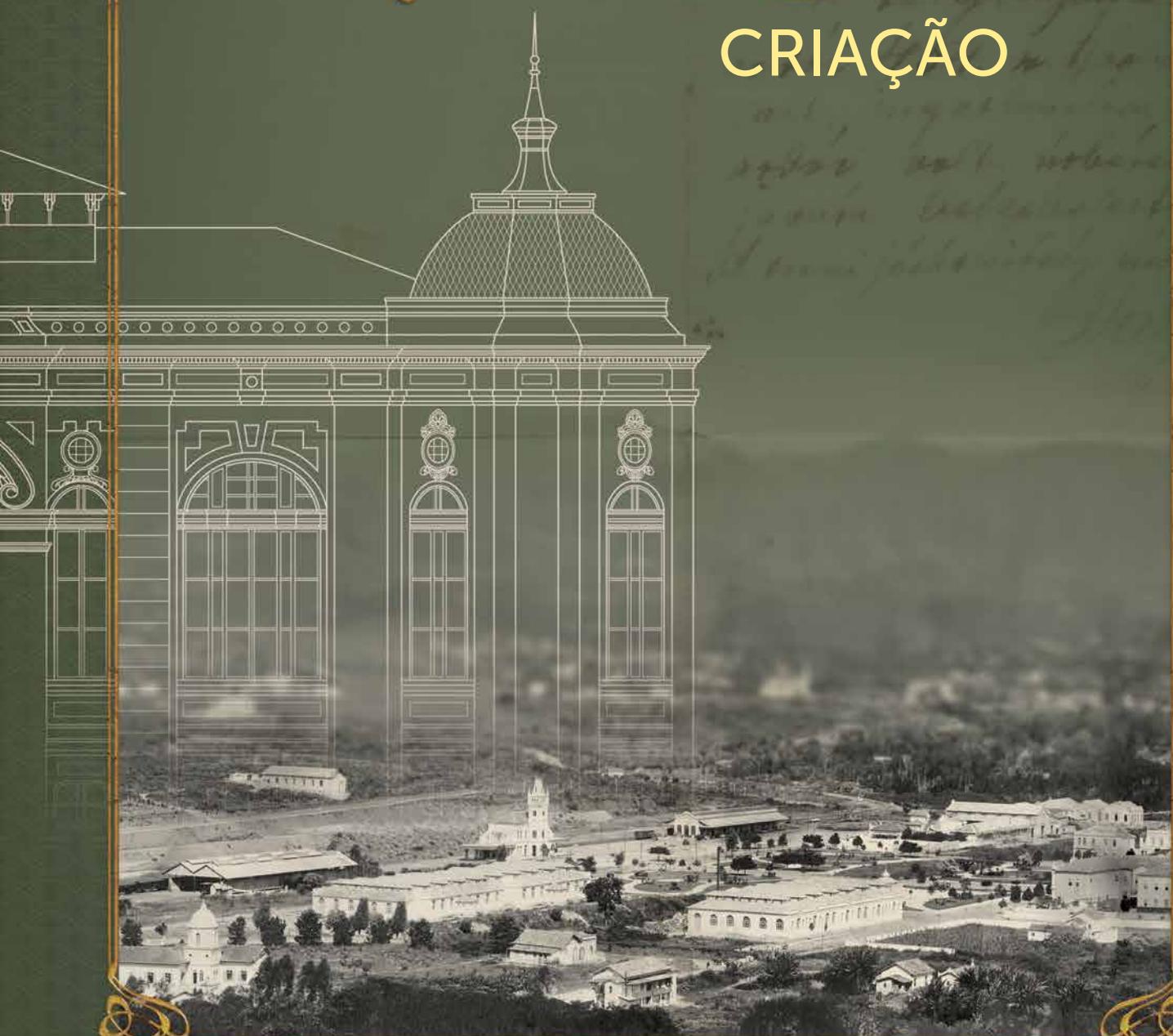
Abaixo: a imagem possibilitou o entendimento da parte dos fundos da Estação, além de mostrar a posição e a fachada de vários prédios no seu entorno. O paisagismo da av. Amazonas também foi um belo achado. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto



PASSEIO VIRTUAL

BELO HORIZONTE 1911

CRIAÇÃO



ARTE CONCEITUAL

ARTE CONCEITUAL

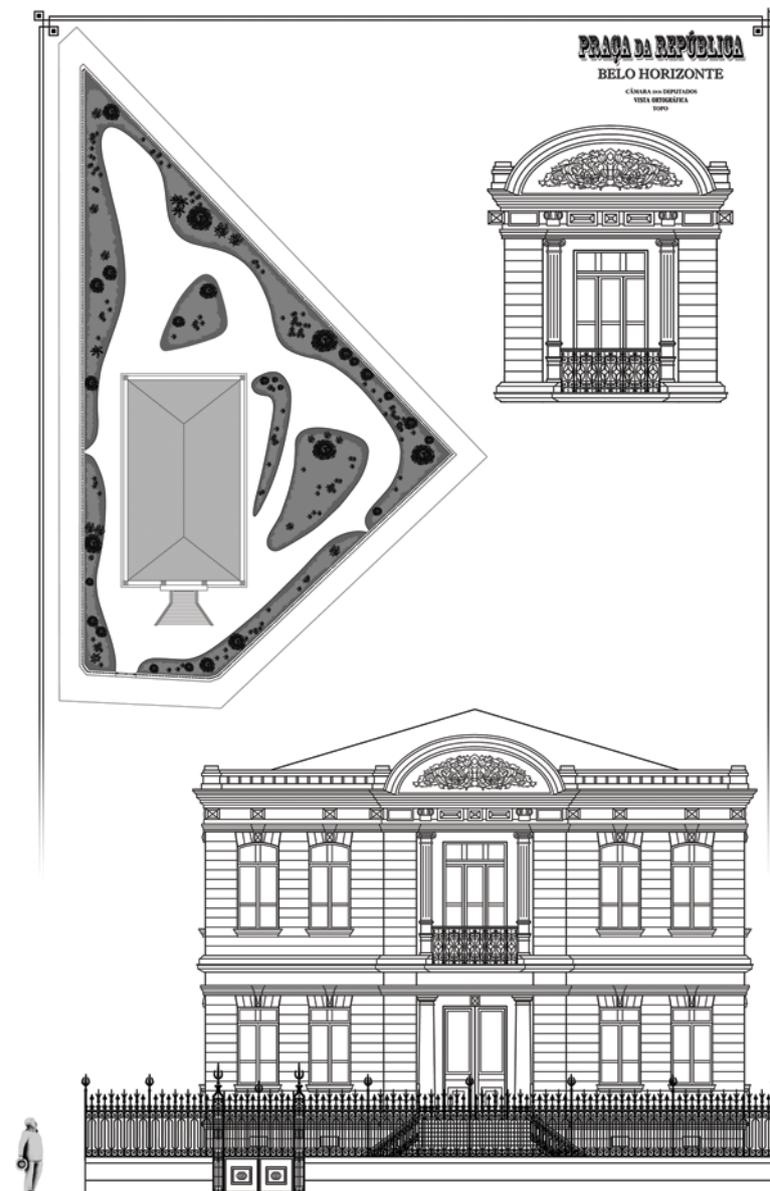
MODELAGEM

TEXTURA

O artista conceitual faz o que chamamos de pré-produção. Ele é o responsável pela interpretação das imagens e criação dos desenhos necessários para que os modeladores consigam executar seu trabalho.

Como nem todos os edifícios possuem projetos disponíveis, coube a ele redesenhar as fachadas, os personagens e os objetos de cena de acordo com as fotografias da época.

Projeto de fachada de casa datada de 1908. Cedido pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

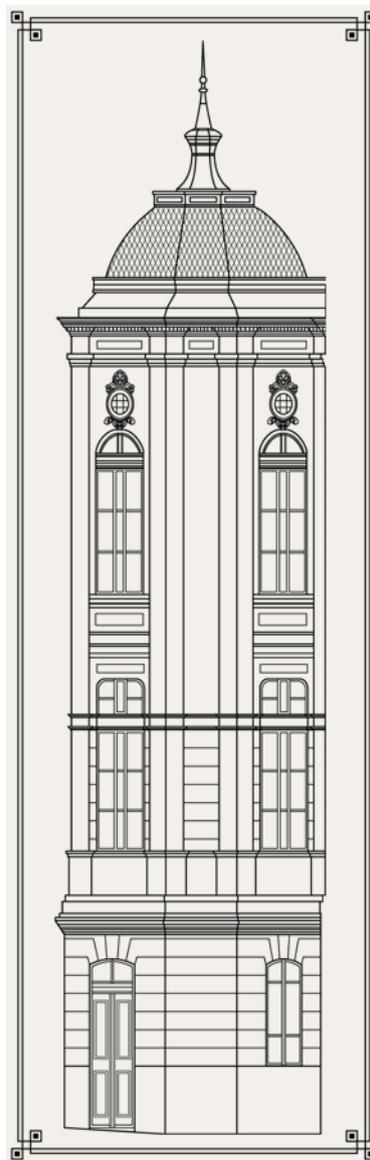
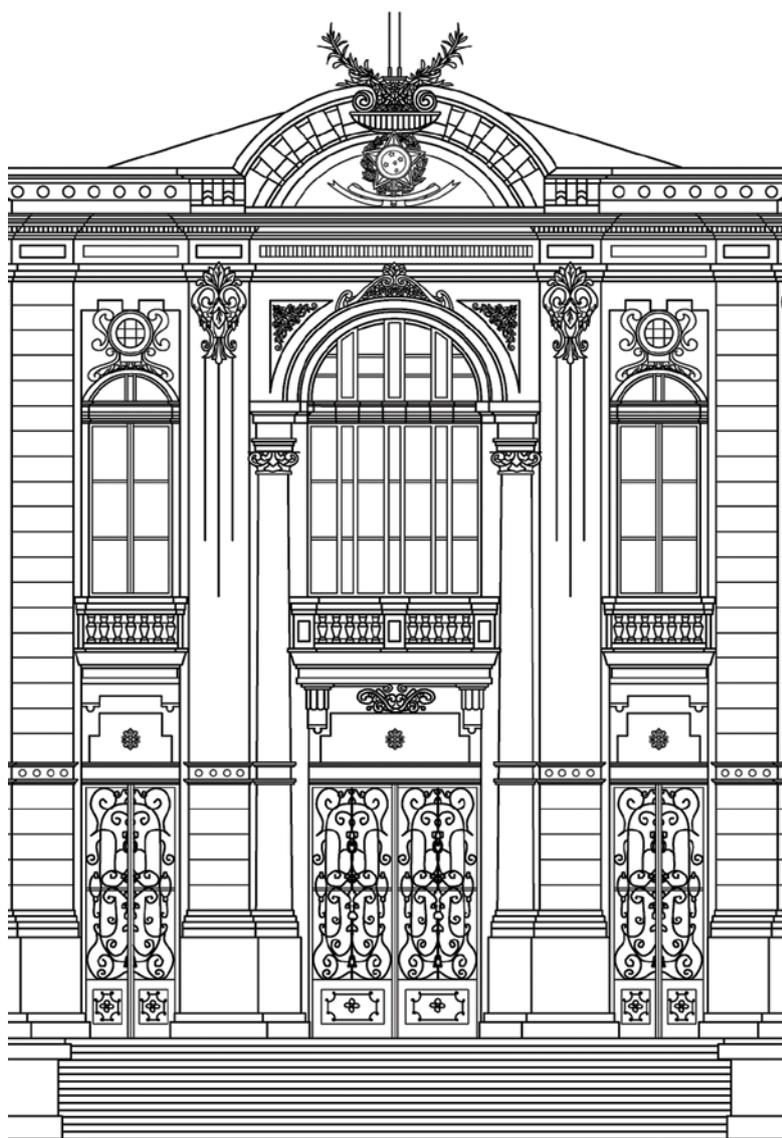


Arte conceitual da Câmara dos Deputados por Thiago Bacelar

ANIMAÇÃO

LEVEL DESIGN

PROGRAMAÇÃO



Detalhes da arte conceitual do prédio dos Correios

ARTE CONCEITUAL

MODELAGEM

MODELAGEM



Na etapa de modelagem, os artistas utilizaram o software gratuito Blender, para dar forma aos projetos. Modelar um objeto tridimensional digitalmente basicamente implica em inserir as informações de largura, altura e profundidade. Apesar de parecer simples, não o é. Principalmente em se tratando de objetos muito detalhados.

Como o objetivo da modelagem é encontrar um meio termo entre o detalhamento dos edifícios e a capacidade dos computadores de processar em tempo real, os modelos possuem apenas as formas cruciais para que se assemelhem com a realidade.



Igreja São José, modelada por Bruno Destejani. Cena da Estação com modelos de vários artistas.

TEXTURA

ANIMAÇÃO

LEVEL DESIGN

PROGRAMAÇÃO

TEXTURAS



Após a conclusão da modelagem, outro artista precisa dar cor ao objeto e fazer cada material parecer o mais convincente possível aos olhos do público.

A texturização consiste em desenhar, manipular fotografias e criar efeitos para que cada material diferente, seja ele vidro, mármore, metal, etc, seja identificado no modelo.

A textura bidimensional é mapeada e depois posicionada de forma a cobrir todo modelo, como vemos nas imagens desta página.

Como a grande maioria das imagens de referência é monocromática, a paleta de cores foi uma escolha baseada hora em postais pintados à mão, hora por criação do texturizador.



Objetos, pessoas, vegetação e prédios da Praça a Liberdade já texturizados

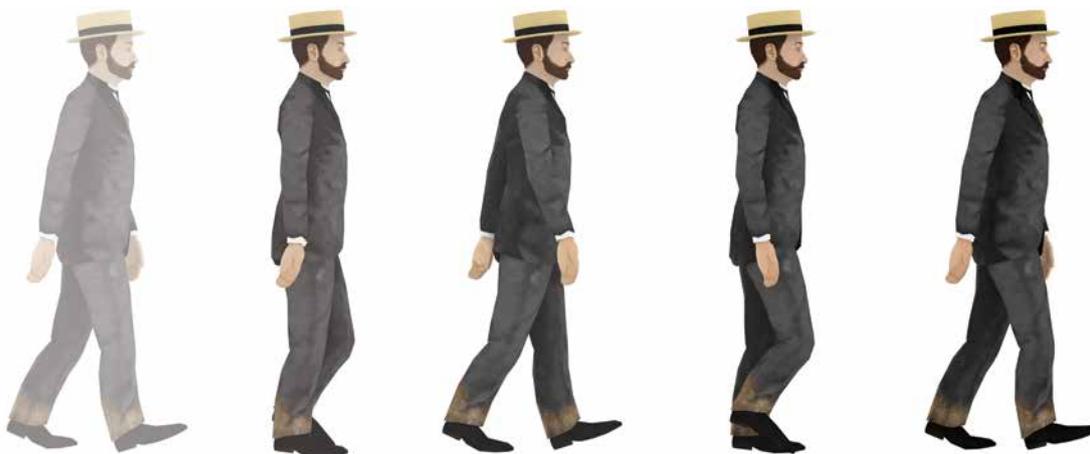


MODELAGEM

TEXTURA

ANIMAÇÃO

ANIMAÇÃO



42



Cabe aos animadores dar vida aos personagens não apenas colocando-os em movimento, mas dando personalidade a cada um.

No passeio virtual você vai encontrar cidadãos comuns caminhando pela cidade, cada um com seu destino. Encontrará também líderes políticos debatendo entre si, cavalos, cães, pássaros nas gramas das praças e nos céus.

Todos receberam alma por meio dos animadores para fazer seu passeio mais divertido e agradável.



LEVEL DESIGN
PROGRAMAÇÃO

LEVEL DESING



O passeio virtual não é apenas um amontoado de prédios posicionados cada um em seu endereço. Muito mais que isso, ele pretende resgatar uma pequena parte da ambientação, do clima e das sensações subjetivas que se podiam ter na época.

Para isso o profissional de level design precisou reunir todos os elementos arquitetônicos como, objetos, arbustos e plantas ornamentais, os bancos das praças, a luz, o céu e juntamente com o programador foram inseridas pessoas, animais, sons ambientes e trilha sonora. Tudo isso para compor cena por cena e adicionar emoção e vida ao passeio.

O programador acaba ficando com o trabalho de fazer tudo funcionar bem, sem ter imagens próprias para emoldurar. Mas sua assinatura está em cada detalhe do DNA do aplicativo.

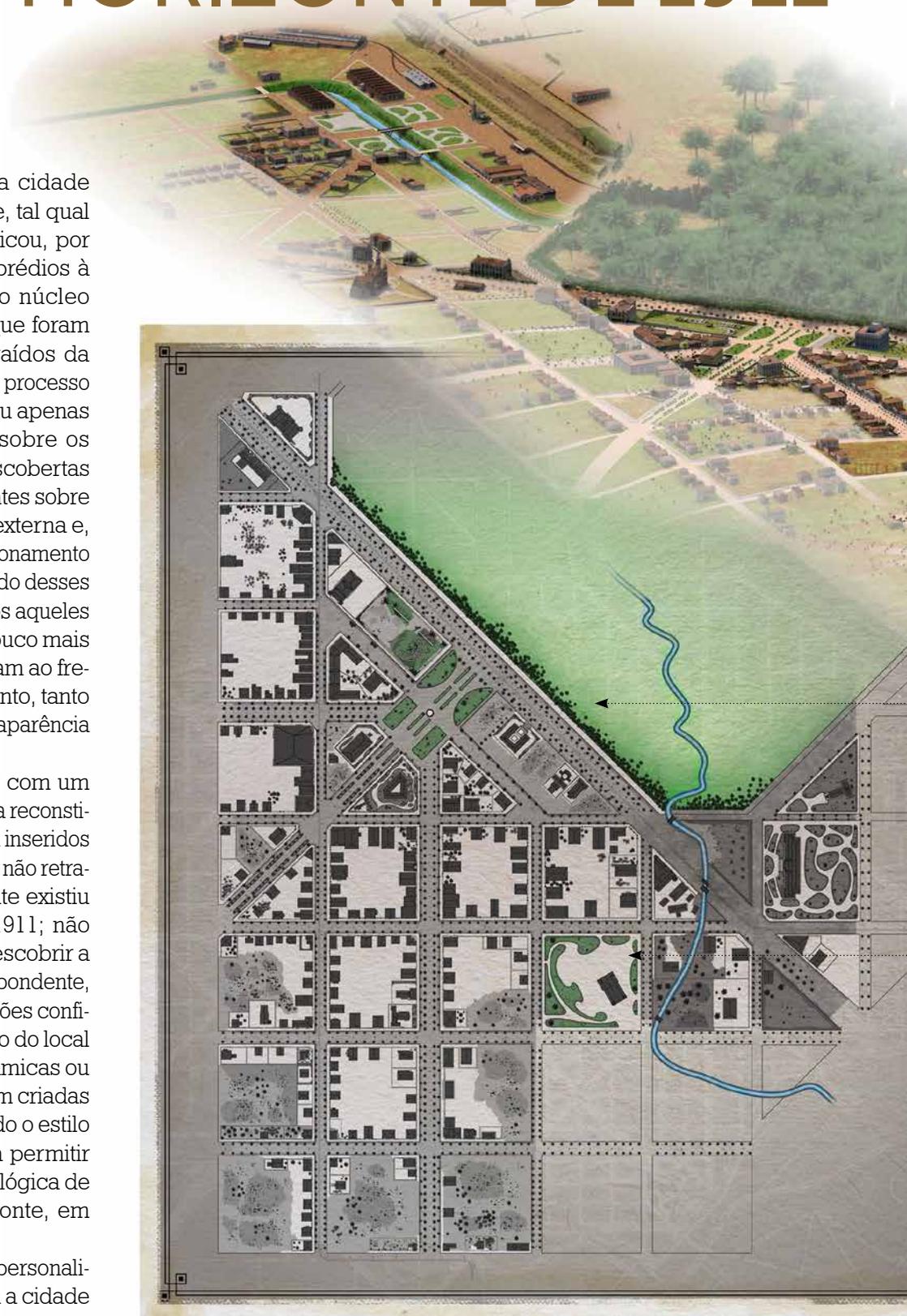


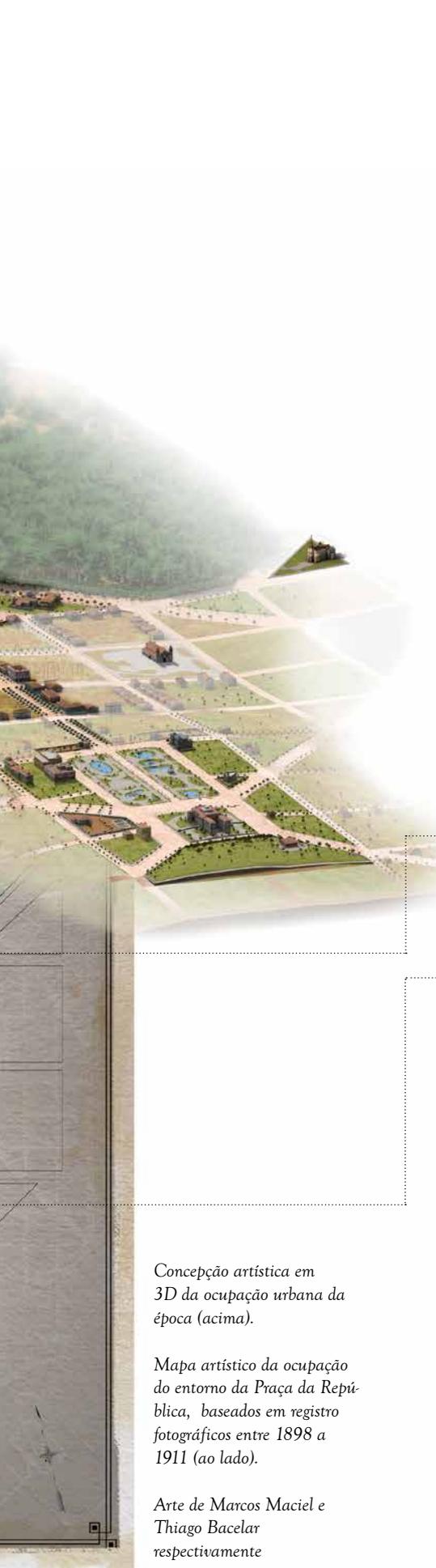
RECONSTITUINDO A BELO HORIZONTE DE 1911

A reconstrução da cidade de Belo Horizonte, tal qual existia em 1911, implicou, por certo, “reerguer” os prédios à época localizados no núcleo central da cidade e que foram posteriormente subtraídos da paisagem urbana; esse processo de recuperação se deu apenas quanto aos prédios sobre os quais tenham sido descobertas informações consistentes sobre sua aparência visual externa e, ainda, sobre seu posicionamento na trama citadina. Ao lado desses prédios, foram inseridos aqueles que, já existindo há pouco mais de um século, resistiram ao frenesi do desenvolvimento, tanto quanto possível com a aparência que tinham então.

Visando promover com um mínimo de veracidade a reconstrução da cidade, foram inseridos no passeio prédios que não retratam o que efetivamente existiu ali, naquele ano de 1911; não tendo sido possível descobrir a realidade fática correspondente, mas havendo informações confiáveis sobre a ocupação do local (com imagens panorâmicas ou apenas parciais), foram criadas edificações respeitando o estilo de época, de forma a permitir uma visualização ideológica de como era Belo Horizonte, em termos de ocupação.

Em homenagem a personalidades relevantes para a cidade





Concepção artística em 3D da ocupação urbana da época (acima).

Mapa artístico da ocupação do entorno da Praça da República, baseados em registro fotográficos entre 1898 a 1911 (ao lado).

Arte de Marcos Maciel e Thiago Bacelar respectivamente

PRÉDIOS AINDA EXISTENTES	PRÉDIOS SUBTRAÍDOS DA PAISAGEM
Praça da Liberdade	
Palácio da Liberdade Secretaria do Interior Secretaria de Finanças Secretaria de Agricultura Solar Vivacqua Solar Narbona Reservatório de água	Chefia de Polícia Instituto Manguinhos residência de Irineu Ribeiro Palacete Dolabela réplica da pico do Itacolomi
Avenida João Pinheiro (antiga avenida Liberdade)	
Prefeitura Senado residência de secretários estaduais	residência de João Pinheiro
Avenida Afonso Pena	
Igreja São José Fórum	Companhia de Eletricidade Escola Livre de Música Clube Floriano Peixoto e Escola de Artífices Correios Agência de Bondes Hotel Globo Casa Arthur Haas Delegacia Fiscal Palacete Thibau Igreja Metodista Colégio Izabela Hendrix
Praça da República (atual Afonso Arinos)	
Palácio da Justiça	Faculdade Livre de Direito Câmara dos Deputados Centro Telefônico Teatro Municipal
Largo da Boa Viagem	
	Igreja da Boa Viagem Solar Frederico Steackel
Rua da Bahia	
Inspetoria da Guarda Civil Banco Crédito Real Quartel do 2º Batalhão Drogeria Araújo	Ginásio Mineiro Palacete Olintho Capela Nossa Senhora de Lourdes Grande Hotel Equitativa
Praça da Estação	
Companhia Industrial de Belo Horizonte residência do conde de Santa Marina	Estação Central do Brasil Fábrica de Colarinhos e Punhos Mecânica de Minas Empresa Prado Lopes Grande Serraria e Carpintaria Garcia de Paiva & Pinto Estabelecimento Industrial Mineiro
Outras localidades	
Igreja Sagrado Coração de Jesus Colégio Sagrado Coração de Jesus	

Arthur Bernardes, secretário estadual das Finanças em conversa com um líder do interior do Estado.



Personagens do Passeio Virtual

Bueno Brandão

Presidente do Estado

Antônio Martins

Vice-presidente do Estado

Wenceslau Braz

Ex-presidente do Estado e vice-presidente da República

Ezequiel Dias

Diretor do Instituto Manguinhos de Belo Horizonte

Oswaldo Cruz

Diretor nacional do Instituto Manguinhos

Arthur Bernardes

Secretário estadual das Finanças

Américo Ferreira Lopes

Chefe de Polícia

Christiano Alves Pinto

Comandante geral da Força Policial

Levindo Ferreira Lopes

Presidente do Conselho Deliberativo

Alberto Cintra

Conselheiro

Alcides Batista

Conselheiro

Benjamin Flores

Conselheiro

Narciso Coelho

Conselheiro

Pedro Sigaud

Conselheiro

Olyntho Meirelles

Conselheiro

e para o Estado naquele ano de 1911, algumas delas foram inseridas no passeio, sempre em espaço público, tão próximo quanto possível da sua área de atuação.

Assim, encontram-se defronte o Palácio da Liberdade os senhores Bueno Brandão, Antônio Martins e Wenceslau Braz, os dois primeiros sendo o presidente e vice-presidente em exercício naquela época, e o último, o antecessor imediato na Presidência estadual, cargo que deixou após ser eleito vice-presidente da República.

Em frente à Secretaria do Interior, o senhor Arthur Bernardes atende a um líder político do interior.

Ainda na praça, os senhores Ezequiel Dias e Oswaldo Cruz conversam à porta do Institu-

to Manguinhos, sendo eles os responsáveis diretos pela administração daquela entidade, o primeiro em Belo Horizonte e o segundo, no Rio de Janeiro.

Na praça da República, em frente ao antigo prédio da Câmara dos Deputados, conversam os membros do Conselho Deliberativo, Levindo Ferreira Lopes (que era seu presidente), Alberto Cintra, Alcides Batista, Benjamin Flores, Narciso Coelho, Pedro Sigaud e Olyntho Meirelles.

Por fim, os senhores Américo Ferreira Lopes, chefe de Polícia, e Christiano Alves Pinto, comandante geral da Força Policial, estão em frente à Chefia de Polícia.

Pelo restante da capital, pessoas anônimas, como em todas as cidades, de todos os tempos...

CONSELHO DELIBERATIVO DE BELO HORIZONTE

No quarteirão entre a rua da Bahia, a avenida Álvares Cabral e a avenida Paraibuna (atual Augusto de Lima), se localizava, em 1911, a Câmara dos Deputados de Minas Gerais; o sobrado em dois andares era ladeado por jardins artísticos.

Esses jardins foram, em momentos distintos, diminuídos, para ceder espaço a prédios diversos. Na parte deles que margeava a rua da Bahia, por exemplo, foram erguidos três prédios que ainda existem e hoje compõem o patrimônio histórico da cidade.

O primeiro deles, construído em 1932 e localizado na esquina com a avenida Álvares Cabral, sedia atualmente o Museu Inimá de Paula, após ter hospedado o Clube Belo Horizonte e o Cine Guarani; no segundo, logo abaixo deste, funciona uma agência dos Correios.

Há um projeto, cuja imagem ilustra esta matéria, que indica ter havido, de início, o planejamento por outra destinação do espaço que abriga esses dois prédios acima mencionados, qual seja, a instalação do Banco Agrícola; isso, no entanto, terminou não se efetivando, permitindo a edificação dupla

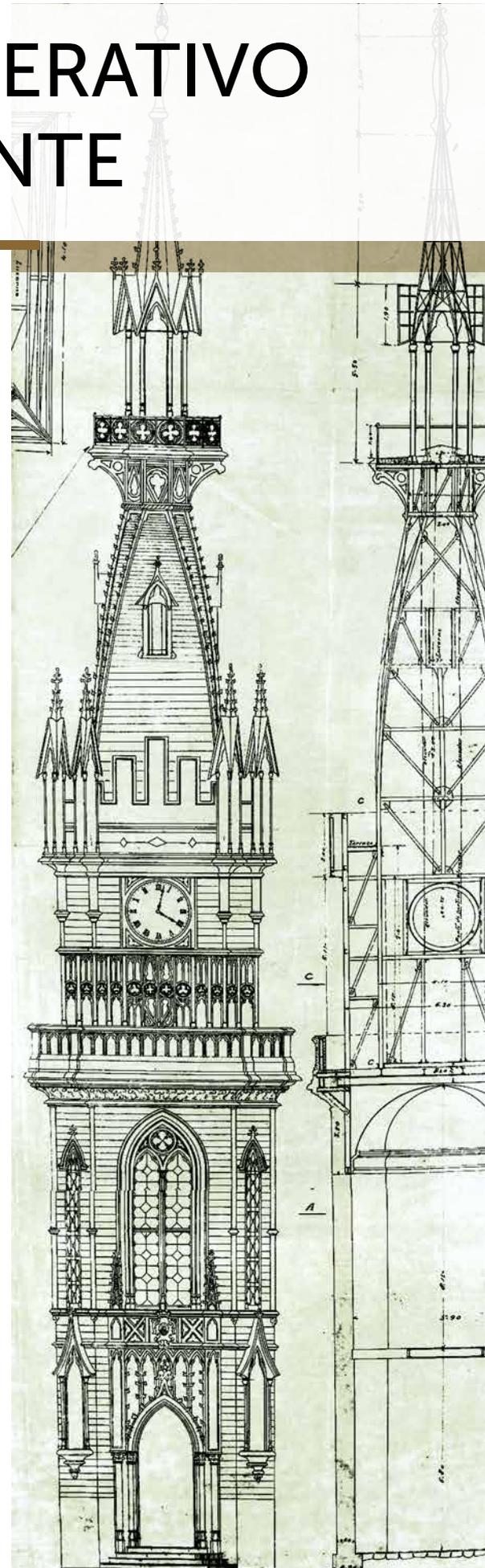
antes referida.

Por fim, o terceiro prédio instalado nos antigos jardins da Câmara.

Esse edifício foi erguido para servir de sede para o Conselho Deliberativo de Belo Horizonte, que vem a ser a primeira manifestação do Poder Legislativo na capital mineira; ele constitui exemplar único em Minas do estilo arquitetônico neogótico manuelino, tendo sido inaugurado em 1914.

Em 1930, todas as casas legislativas do país foram fechadas, após a revolução que levou Getúlio Vargas ao poder, iniciando um longo período de governo ditatorial, com brevíssimo intervalo constitucional. Durante esse intervalo, o mesmo prédio recebeu a Câmara Municipal, mas por apenas um biênio (1936-37), pois novamente Vargas decretou o fechamento dos parlamentos.

Quando, enfim, terminou a ditadura do Estado Novo e foram retomadas as práticas democráticas, a Câmara Municipal voltou a funcionar naquele prédio, ali permanecendo até 1973, quando se transferiu para a rua dos Tamóios; quinze anos depois, ela se mudou para a sede atual, à avenida dos Andradas.



BELLO HORIZONTE

Bello Horizonte-1-1-1904

Felicitações



RUA DA BAHIA (IV seção)

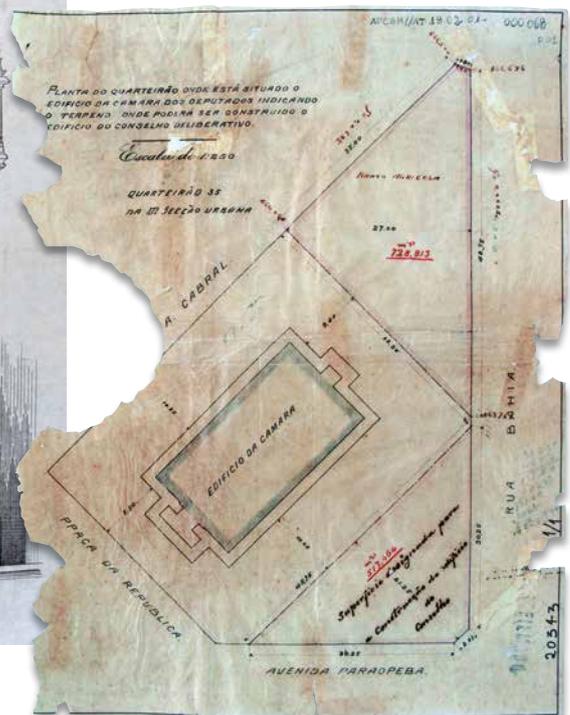
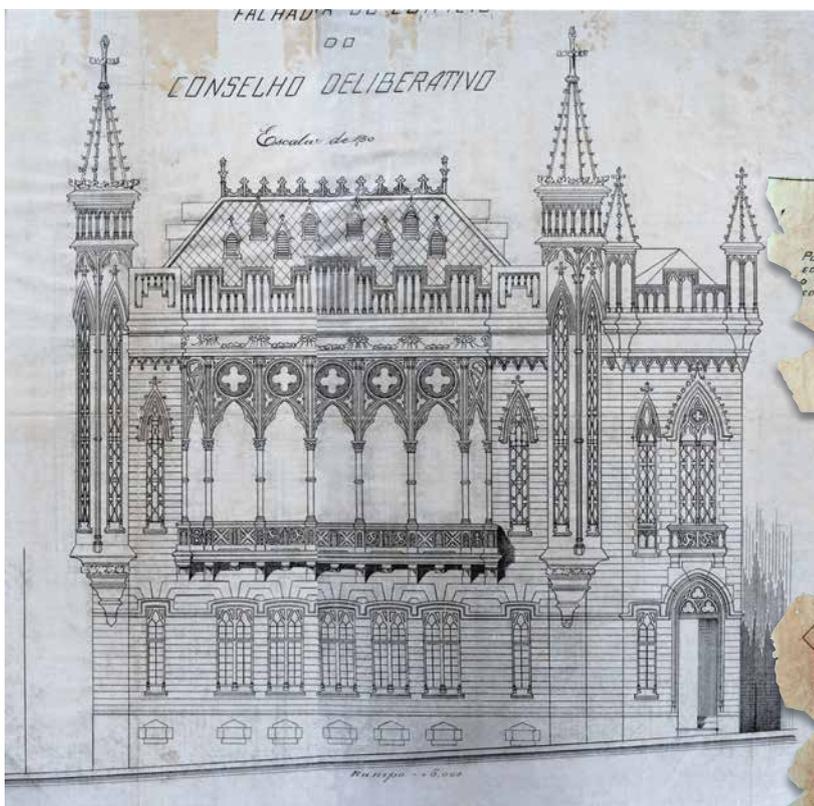
F. Soucasaux—Bello Horizonte

No cartão postal:

à direita o prédio do Grande Hotel, na esquina de Bahia com Paraopeba (atual Augusto de Lima). À esquerda os jardins da Câmara dos Deputados ainda sem o prédio do Conselho.

Abaixo:

à esquerda o desenho da fachada do Conselho. À direita a planta do lote onde foi construído o Conselho, com seu vizinho planejado, o Banco Agrícola.



EPÍLOGO



Bernardo Pinto Monteiro, prefeito da jovem capital mineira ao tempo em que se aprovou a criação do Conselho Deliberativo correspondente, festejou o formato político-institucional adotado para a cidade: "A Lei nº 275, de 12 de setembro de 1899, criou na capital um Conselho para votar os impostos e decretar as despesas necessárias aos negócios e serviços peculiares da sua administração. (...) Esta organização tem merecido aplausos de notáveis homens políticos de fora do Estado. A tendência que se observa hoje em povos cultos, onde a democracia é uma realidade, afirma-se no sentido de garantir a intervenção dos governos nas administrações municipais das grandes cidades, revestindo os cargos de todas as cautelas possíveis. (...) Se os governos e as representações estaduais ou nacionais têm residência legal forçada nas capitais, é justo tenham o direito de intervir na administração local (...). Também não se compreende o excessivo zelo pela chamada

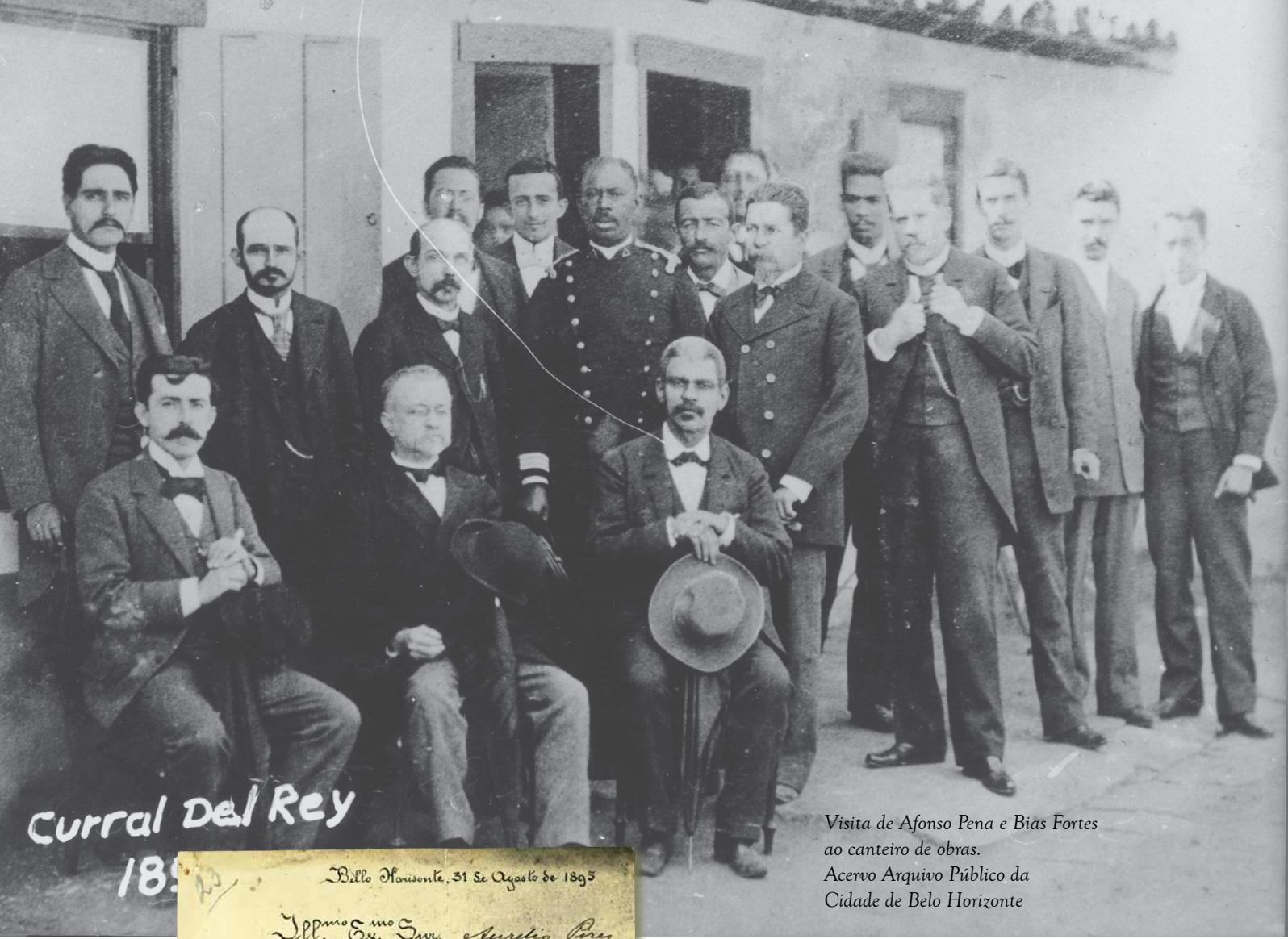
autonomia, desde que as instituições garantidoras de sua efetividade, na prática, ofereçam os piores resultados".

Todo esse conjunto expositivo, mas, em particular, as duas afirmativas finais expendidas, revelavam em definitivo o esvaziamento de parcela significativa do ideário republicano, antes bradado com ênfase e mesmo intolerância. (...) Nesse sentido, ajuizar a priori que haveria má gestão cidadina se esta decorresse de um processo que contemplasse democracia e autonomia local traduz não só a contradição ideológica antes aventada, mas um preconceito de difícil, se não impossível, compreensão e aceitação. A crença nos valores republicanos não durara, pois, tempo suficiente para que eles se mostrassem adequados e eficientes; consolidada a substituição de regime, abdicar-se daquela crença e abraçarem-se práticas avoengas antes tão repudiadas não causava incômodo algum. Justificando a tudo isso,

invocava-se - entre cínica e condescendentemente - a necessidade de, primeiro, concluir a obra física ainda em andamento de edificação, não de uma cidade, mas de um monumento à mesma República tão aviltada. Não se tratava de um bom começo! (...)

(...) essa anormalidade institucional se reverteu, de forma progressiva, ao longo dos trinta anos de existência do Conselho Deliberativo, assumindo este, ao final do trintênio, o perfil de efetivo Poder Legislativo Municipal. Quando isso se deu, a capital e seu Parlamento chegaram, finalmente, à maturidade política: a demora, se confirmou por um lado a relatividade dos valores sacados para mudar-se o regime brasileiro, por outro, revelou-se a verdadeira e talvez primeira grande conquista da própria cidade. Isso, no entanto, fica para outra reflexão...

excerto de Ciclon e macaréus: o parlamento na história de Belo Horizonte. Câmara Municipal, Programa Pró-Memória. Belo Horizonte: CMBH, 2010. Páginas 711, 712 e 721



Visita de Afonso Pena e Bias Fortes
ao canteiro de obras.
Acervo Arquivo Público da
Cidade de Belo Horizonte

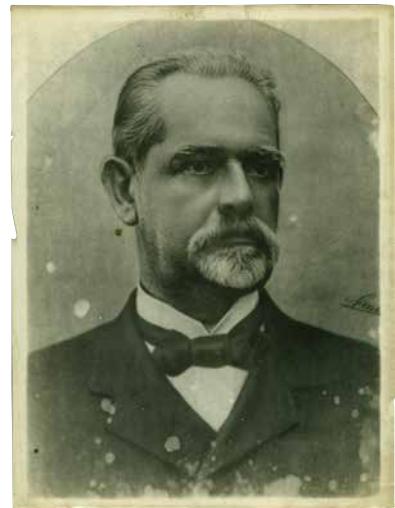
Bello Horizonte, 31 de Agosto de 1895

Ill. Ex. Sr. Secretário de Estado

Tenho a honra de convidar a V. Ex.^a
para assistir a inauguração do Ramal Férreo da
nova capital do Estado de Minas, e bem assim
o assentamento da primeira pedra do Palácio Presi-
dencial, Congresso e Secretarias de Estado, o que
deverá ter lugar no dia 7 de Setembro proximo.

Se V. Ex.^a dignar-se aceitar este convite
insentenciado, na estada de ferro Central, tenho es-
pecial que terá de transportar os convidados para
esta presença feste, com horario que será em
tempo publicado pelos jornais da Capital -
Federal.

Le V. Ex.^a
Pena e Co.
Francisco Bicalho



Convite de 31/8/1895, subscrito por Francisco Bicalho,
para a inauguração do ramal férreo na área onde se edificava
a nova capital - o que facilitaria a chegada de materiais e de
profissionais -, bem como para o lançamento da pedra funda-
mental do palácio presidencial, do Congresso e
das secretarias de Estado.



FRANCISCO BICALHO

A data de lançamento do Passeio Virtual Belo Horizonte 1911 - 13 de novembro do passamento de Francisco de Paula Bicalho, que faleceu nesta mesma data, há 95 anos (1919).

Esse engenheiro de São João Del Rei possuía larga experiência adquirida em importantes projetos e serviços públicos nas duas décadas finais do Império, como, por exemplo, direção e prolongamento da Estrada de ferro Pedro II (Central do Brasil) e abastecimento do Rio de Janeiro, dentre várias outras ocupações.

Suas qualidades técnicas e gerenciais levaram o gover-

no mineiro a contratá-lo para, em 1895, conduzir a Comissão Construtora da Nova Capital, responsável pela edificação de Belo Horizonte.

No exercício dessa espinhosa missão, conseguiu que em apenas 2 (dois) anos e 5 (cinco) meses, superando melindrosos problemas de abastecimento e de ausência de mão-de-obra especializada em quantidade suficiente, a edificação essencial fosse encerrada, viabilizando a inauguração da capital dentro do prazo legal.

Exatamente em virtude de sua importância ímpar para a história da cidade, por inicia-

tiva do Vereador Ataliba Lago, emprestou seu nome ao prédio-sede da Câmara Municipal (Lei nº 1.562/1968, § 3º do art. 3º), que, na época, funcionava ainda no edifício localizado à rua da Bahia, no cruzamento desta com a avenida Augusto de Lima.

Foto: representação artística do banquete em comemoração aos eventos de que trata o convite de 31/8/1895, na qual aparece, à esquerda, o então presidente do Estado, Bias Fortes, levantando brinde; à esquerda, assentado, o presidente Afonso Pena, que iniciou as obras de fundação de Belo Horizonte; ao centro, em pé, Francisco Bicalho.



Rafael Guimarães
Coordenação de produção e
Direção de arte



Thiago Bacelar
Artista conceitual e
Direção de arte

Nem todos os colaboradores aqui representados ficaram no projeto até a presente data, mas a participação e a dedicação de cada um acrescentou muito na qualidade do projeto. Agradecemos a todos!



Gabriel Brandão de Oliveira*
Animador



Marcos H. Maciel de Souza
Animador



Pedro César Bento Mendes
Level designer etapa III



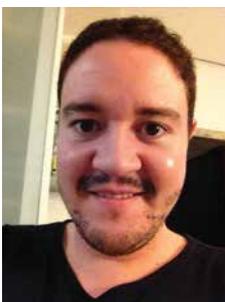
Solvano Jr.
Modelador e animador



Gustavo Moreira Silva
Game designer



Anderson Geraldo Teixeira Silva
Ilustrador e texturizador



Hamilton Junior
Level designer etapa II



Israel Chaves
Level designer e animador etapa I



Paulo Henrique Abreu
Programador etapa I, II e III

* Foto: Vanessa Oliveira



Bruno Destefani
Modelador



Gilberto A. de Souza Filho
Produtor etapa III



Lucíola Barreto
Produtora etapa I e II



Eder Moreira
Programador etapa I

PRÓ-MEMÓRIA - BELO HORIZONTE 1911

Guilherme Nunes de Avelar Neto

Idealizador e Coordenador do Programa Pró-Memória Legislativa

Rafael Guimarães

Coordenação de produção e Direção de Arte

Gilberto Antonio de Souza Filho

Lucíola Barreto

Produção

Thiago Felipe Bacelar Vignoli

Concept Art e Direção de arte

Gabriel Brandão de Oliveira

Marcos Henrique Maciel de Souza

Animação

Bruno Guimarães Destefani

Marcos Henrique Maciel de Souza

Silvano José de Faria Junior

Modelagem 3D

Gabriel Brandão de Oliveira

Anderson Geraldo Teixeira Silva

Bruno Guimarães Destefani

Thiago Felipe Bacelar Vignoli

Marcos Henrique Maciel de Souza

Silvano José de Faria Junior

Texturas

Marcos Henrique Maciel de Souza

Rig

Paulo Henrique Abreu

Eder Moreira

Programação

Pedro César Bento Mendes

Israel Chaves

Hamilton Junior

Level Design

Gustavo Moreira Silva

Game design

Marcos Henrique Maciel de Souza

Efeitos de Som

Trilha Sonora

Música: **Ave Libertas de Leopoldo Rodriguez**

Álbum: Aurora Luminosa, Música Brasileira no Alvorecer do Século XX

Executada por: **Orquestra Sinfônica Nacional da**

Universidade Federal Fluminense

Cedida por: **dominiopublico.gov.br**

EXPEDIENTE

Jornalista responsável

ADRIANA LAGE DA SILVA
MG04040JP - DRTE/MG

Concepção e coordenação

GUILHERME NUNES DE AVELAR NETO

Capa, projeto gráfico e diagramação

RAFAEL PEREIRA GUIMARÃES

Textos

GUILHERME NUNES DE AVELAR NETO
e RAFAEL PEREIRA GUIMARÃES

Leitura crítica

ELIANA WIERMAM DE MELO

Imagens (pesquisa e/ou criação)

EQUIPE DO PRÓ-MEMÓRIA LEGISLATIVA

Realização

PROGRAMA PRÓ-MEMÓRIA LEGISLATIVA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



Apresentação da segunda etapa do Passeio Virtual ao então governador Antônio Anastasia (centro). Da direita para a esquerda: o Presidente da Câmara, vereador Léo Burguês de Castro, Dr. Guilherme Avelar, coordenador do Pró-Memória, Paulo Abreu e Rafael Guimarães da equipe de criação.

As imagens utilizadas nessa revista foram obtidas junto a instituições que muito colaboram na preservação da memória: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Museu Histórico Abílio Barreto, Arquivo Público Mineiro e Hemeroteca Histórica; a todas elas agradecemos o empenho com que protegem a história da cidade e de Minas. Também a seus responsáveis, somos gratos por tal dedicação para com Belo Horizonte.

Também nos foi muito útil e prático o acervo do sites BH Nostalgia (bhnostalgia.blogspot.com.br) e Curral Del Rey (curraldelrei.blogspot.com.br)

Por fim, foram utilizadas imagens obtidas ou criadas pela própria equipe técnica do Pró-Memória, colaboração desta nessa cruzada por manter viva a trajetória da capital mineira.

Os créditos acompanham as respectivas imagens.

Câmara Municipal
de Belo Horizonte
Av. dos Andradas, 3.100
Santa Efigênia - Belo Horizonte - MG
CEP:30260-900
Telefone geral: (31) 3555-1122
Horário de funcionamento:
7:30 às 19h

Para baixar o aplicativo, visite o site do Pró-memória:
www.cmbh.mg.gov.br/pro-memoria



Francisco Bicalho

Engenheiro

RAFAEL GUIMARÃES
2014

**CÂMARA MUNICIPAL
DE BELO HORIZONTE**

Biênio 2013 - 2014

Léo Burguês de Castro - Presidente
Wellington Magalhães - 1º Vice Presidente
Orlei - 2º Vice Presidente
Leonardo Mattos - Secretário Geral
Vilmo Gomes - 1º Secretário
Veré da Farmácia - 2º Secretário

Adriano Ventura
Alexandre Gomes
Antônio Torres - Gunda
Arnaldo Godoy
Autair Gomes
Bim da Ambulância
Bispo Fernando Luiz
Bruno Miranda
Coronel Piccinini
Daniel Nepomuceno
Delegado Edson Moreira
Doutor Sandro
Dr. Nilton
Elaine Matozinhos
Elvis Côrtes
Gilson Reis
Henrique Braga
Iran Barbosa
Joel Moreira Filho
Jorge Santos
Juliano Lopes
Juninho Los Hermanos
Juninho Paim
Marcelo Álvaro Antônio
Marcelo Aro
Pablo César - Pablito
Pedro Patrus
Pelé do Vôlei
Preto
Professor Ronaldo Gontijo
Professor Wendell
Sérgio Fernando Pinho Tavares
Silvinho Rezende
Tarcísio Caixeta
Valdivino

*Prédio do
Conselho Deliberativo.
Primeira sede da
Câmara Municipal de
Belo Horizonte*